



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ESTEFANY GOMES MACHADO

**EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA DESENVOLVIDA NO PROGRAMA  
GETI/ UFPA/ CASTANHAL: PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS**

CASTANHAL  
2018

ESTEFANY GOMES MACHADO

**EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA DESENVOLVIDA NO PROGRAMA  
GETI/ UFPA/ CASTANHAL: PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade Federal do  
Pará (UFPA), Campus Castanhal,  
Faculdade de Pedagogia como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Graduação em Licenciatura Plena em  
Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>  
Eula Regina Lima Nascimento

CASTANHAL

2018

## **EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA DESENVOLVIDA NO PROGRAMA GETI/ UFPA/ CASTANHAL: PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal, Faculdade de Pedagogia como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data de aprovação: 22 / 08 / 2018

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. EULA REGINA LIMA NASCIMENTO  
Orientadora - UFPA

---

Prof. Dr. JOÃO BATISTA SANTIAGO RAMOS  
Examinador interno – UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. ILDETE DA SILVA FALCÃO  
Examinadora interna - UFPA

Primeiramente dedico a Deus, sem ele este projeto não seria possível e é por meio dele que tive força e esperança durante a produção deste trabalho.

Dedico a mãe Maria Laurimar Gomes do Nascimento por sempre estar atenta e incentivar minha trajetória educacional.

## **AGRADECIMENTOS**

Principalmente a Deus que me deu o dom da vida, me fortaleceu para superar todos os obstáculos. Tudo por ele e nada sem ele;

À São José e Nossa Senhora de Nazaré que intercederam pela minha trajetória universitária desde o momento de minha aprovação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

À orientadora Eula Regina Lima Nascimento por acreditar e orientar a produção deste trabalho;

Ao Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade-GETI o qual me acolheu e proporcionou momentos de aprendizagens acadêmicas e experiências de vida;

As senhoras do Programa GETI que aceitaram em colaborar com a produção deste trabalho com suas importantes falas e opiniões;

Aos pais que me criaram e sempre se preocuparam com meus estudos;

À catequista de Crisma Dannyelle Rodrigues que me inspirou a realizar a escolha do curso de Pedagogia;

À professora Isabel Monteiro de Língua Portuguesa do Ensino Médio que me ensinou a construir uma boa redação, justamente com a temática da redação pela qual fui aprovada no vestibular;

Na pessoa da Genice Ferreira, agradeço aos amigos e amigas que me apoiaram, incentivaram e aturaram meu estresse durante a produção deste trabalho;

Na pessoa da tia e madrinha Lucimara Gomes, agradeço aos familiares que estiveram presentes ao longo de minha trajetória universitária;

Na pessoa do professor Assunção Amaral, agradeço aos bons e dedicados professores que lecionaram na turma de Pedagogia 2014 da qual fiz parte;

À Maiara Meireles, Marilene Reis, Sirlene Nunes, Niede Borges, Rosilândia Rodrigues pelo companheirismo durante quatro anos e meio da graduação;

Sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que a realização deste trabalho fosse possível.

Precisamos resgatar e promover o valor e a dignidade dos idosos. Eles não são objetos para serem colocados de lado ou descartados. Precisamos de uma sociedade com uma visão positiva do envelhecimento e que desperte o sentimento coletivo de gratidão, apreço e valorização para que eles sejam inseridos nesta sociedade de forma ativa.

(MANZOTTI, 2018)

## RESUMO

Família e escola são instituições que influenciam o processo de crescimento da pessoa humana, seja físico, social ou intelectual. A discussão relacionada a parceria dessas instituições dificilmente é abordada nos escritos sobre a educação da pessoa adulta/idosa. A participação da família somente é discutida quando se trata de cuidar da saúde da pessoa idosa e não perpassa pelo âmbito educacional. Diante deste contexto esta pesquisa tem por objetivo investigar as ações que caracterizam a participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa, bem como os contributos da presença e/ou ausência. Pesquisa de abordagem qualitativa (DESLANDES, 2009) realizada no âmbito do Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade-GETI, da Universidade Federal do Pará- UFPA, no Campus Universitário de Castanhal, no ano 2018, tendo como participantes cinco (05) educandas adultas/idosas da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Os autores que contribuíram para referenciar as discussões foram: Marques (2011); Arroyo (2017; 2005); Vasconcelos e Brito (2012); Freire (2014); Mesquita (2009); Palorin (2016); Young (2007); Bordenave (1994) dentre outros. Os resultados evidenciaram que a participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa acontecia no Programa GETI, a qual tem aspectos positivos, podendo ser descritos os seguintes: atitudes de apoio a pessoa adulta/idosa, incentivo por meio de diálogo, respeito a autonomia, o auxílio na resolução de atividades escolares, bem como a participação na instituição de ensino investigada. Evidenciamos também, aspectos negativos tais como: a reprovação e incompreensão da prática de estudar da pessoa adulta/idosa; tratamento da pessoa adulta/idosa como hóspede da residência, bem como a aproximação do processo educacional pela família apenas por curiosidade momentânea. Aspectos esses que influenciam na autoestima e na baixa estima da pessoa adulta/idosa. Identificamos ainda na investigação, a confiança da pessoa adulta/idosa em superar desafios inerentes ao processo educacional, e fato que, conseqüentemente, favorece a vida da pessoa adulta/idosa na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação da Pessoa Adulta/Idosa. Participação da Família. Idadismo.

## ABSTRACT

Family and school are institutions that influence the growth process of the human person, whether physical, social or intellectual. The discussion related to the partnership of these institutions is hardly addressed in the writings on the education of the adult / elderly person. Family participation is only discussed when it comes to caring for the health of the elderly and does not go through the educational sphere. In this context, this research aims to investigate the actions that characterize the family participation in the education of the adult / elderly person, as well as the presence and / or absence contributions. A qualitative research project (DESLANDES, 2009) carried out under the Extension Program Group of Education in the Elderly-GETI, Federal University of Pará-UFPA, at the University Campus of Castanhal, in 2018, Adult / Elder Educators of Youth and Adult Education - EJA. The authors who contributed to refer the discussions were: Marques (2011); Arroyo (2017; 2005); Vasconcelos and Brito (2012); Freire (2014); Mesquita (2009); Palorin (2016); Young (2007); Bordenave (1994) among others. The results showed that the family participation in the education of the adult / elderly person happened in the GETI Program, which has positive aspects, and the following can be described: adult / elderly support attitudes, encouragement through dialogue, respect for autonomy, assistance in resolving school activities, as well as participation in the research institution. We also show negative aspects such as: the disapproval and incomprehension of the practice of studying the adult / elderly person; treatment of the adult / elderly person as a guest of the residence, as well as the approximation of the educational process by the family only for momentary curiosity. These aspects influence the self-esteem and low esteem of the adult / elderly person. We also identify in the investigation the adult / elderly person's confidence in overcoming inherent challenges in the educational process, a fact that, consequently, favors the life of the adult / elderly person in society.

**Keywords:** Adult / Elderly Person Education. Family Involvement. Idadismo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Atividade desenvolvida no Projeto de Educação Formal de Jovens, Adultos e Idosos.....	32
<b>Figura 2</b> – Atividade do Projeto de Atualização Cultural e Projeto de Bem-Estar Físico.....	33
<b>Figura 3</b> – Atividade do Projeto Inclusão Digital para alunos do GETI- IDIGET .....	34
<b>Figura 4</b> - Logotipo do Programa GETI .....	36

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Idadismo: Atitudes Discriminatórias Contra a Pessoa Idosa .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Família e Escola: Instituições Parceiras na Formação de Sujeitos .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 Educação De Jovens e Adultos- EJA: Lugar da Pessoa Idosa nesse Espaço de Ensino .....</b>	<b>23</b>
2.3.1 Educação da Pessoa Idosa .....	27
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI: Educação Formal .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Percurso Metodológico.....</b>	<b>37</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS NA EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA .....</b>	<b>41</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Família e escola são instituições que influenciam o processo de crescimento de cada pessoa, seja físico, social ou intelectual. Essa influência pode ser de incentivo ou de retração da pessoa (POLONIA; DESSEN, 2005). A discussão da relação entre essas duas instituições pode ser encontrada em diversos estudos onde o público alvo são crianças e adolescentes, sendo dificilmente abordada nos escritos sobre a educação da pessoa adulta/idosa.

É necessário abrir um parêntese para dizer que a educação da pessoa idosa ainda não é referendada com a devida importância na Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB), estando a mesma inserida no Capítulo II, que trata da Educação Básica, na Seção cinco (05), que aborda a Educação de Jovens e Adultos- EJA, nos artigos 37 e 38. Nesse caso, se não é discutido (com maior especificidade) a educação da pessoa idosa na LDB, tão pouco, a participação da família na perspectiva educacional dessa faixa etária.

No entanto, o Estatuto do Idoso, Lei Federal de nº 10.741, datada de 01/01/2003, a qual regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, caracteriza-se como uma exceção, onde o artigo terceiro diz que:

**É obrigação da família**, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à **convivência familiar** e comunitária (BRASIL, 2003, grifo nosso).

Sabendo que a família tem importância em todos os momentos da vida social e educacional do indivíduo, mas culturalmente parece ser a família somente discutida na velhice quando se trata de cuidar da saúde da pessoa idosa, essa forma de compreensão, não perpassa pelo âmbito educacional. Faz-se necessário desmistificar esse papel familiar, evidenciando que, assim como a educação da pessoa idosa deve ter seu espaço (com mais especificidade) na legislação educacional, é preciso discutir a participação familiar na educação na terceira idade.

Quando se fala na educação da pessoa idosa, a temática deve estar atrelada ao processo de envelhecimento que toda e qualquer pessoa está sujeita a vivenciar. O envelhecer não impede da pessoa que o vivencie dê continuidade a seus estudos ou

inicie o processo de educação formal, tendo em vista que o mesmo é permanente, um ciclo que perdura por toda vida (VASCONCELOS; BRITO, 2012).

Marques (2011, p. 28) diz que “vinte e seis por cento dos portugueses consideram que a aprendizagem ao longo da vida é para os jovens e, mais uma vez, são as pessoas mais velhas e menos qualificadas as que tendem a defender mais fortemente essa ideia”. Se faz necessário a quebra desse paradigma de que a educação se estagna na medida em que a pessoa passa a ser idosa.

Sabe-se que o envelhecimento é um processo que se inicia desde o nascimento, ser pessoa idosa não significa estar em uma fase estática, pelo contrário, é um processo contínuo da vida em que a educação ou formação pode, e deve, se fazer presente como em qualquer outro período da vida.

Discutir o processo de envelhecimento das pessoas leva a reflexão sobre afirmação feita por Marques (2011) a respeito do idadismo, que se caracteriza em atitudes e práticas de cunho negativo e generalizadas para com os indivíduos considerando apenas uma característica, que nesse caso é a idade. O idadismo acontece contra diferentes faixa etárias inclusive contra a pessoa idosa (podendo ser chamado de gerontismo).

A família pode manifestar atitudes idadistas por meio da piedade, paternalismo, a superproteção, por mais que sejam realizadas com boas intenções, acarretam na dependência da pessoa idosa (MARQUES, 2011). Compreendendo o conceito idadismo e suas diversas formas de expressão é possível entender as atitudes da família em relação a educação da pessoa idosa, bem como da sociedade em que vive.

Em uma perspectiva completamente oposta a questão do idadismo e de práticas idadistas em relação a educação da pessoa idosa, a Universidade Federal do Pará-UFPA, no Campus Universitário de Castanhal, ligado a Faculdade de Pedagogia vem fazendo um trabalho significativo em relação a terceira idade por meio do Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI que oferece a educação formal por meio da Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Ainda sobre a oferta de educação no GETI, possível afirmar que quando exerci a função de voluntária/bolsista nesse programa, enquanto graduanda em formação da Faculdade de Pedagogia, foi perceptível que alguns idosos (a) contavam com a

participação familiar de alguma maneira e outros não tinham nenhum apoio da família e isso influenciava no desenvolvimento do seu processo educativo, seja na resolução de atividades a serem desenvolvidas em casa, ou mesmo sua participação nas aulas.

No âmbito deste exercício do estágio de docência com pessoas idosas, realizado a partir do mês de agosto de 2017 até janeiro de 2018, foi possível discutir sobre a participação familiar na educação da pessoa idosa possibilitando a desmistificação do pensamento que a sociedade, e por vezes a família, tem que a pessoa idosa é incapaz de desenvolver novas habilidades, aprendizagens e ensinar o que foi aprendido ao longo de sua vida; além de oportunizar a valorização do ensino e aprendizagem da pessoa idosa.

Importante ressaltar que, no mundo globalizado com preponderância e supremacia do ideário da beleza, da juventude, do individualismo, tendo em vista que em uma sociedade capitalista tem-se o paradigma que uma educação que não tenha como objetivo principal o encaminhamento para o mercado de trabalho não supre as necessidades econômicas da sociedade.

Porém mesmo em um momento histórico complexo e controvertido, no que tange ao papel da pessoa idosa, a temática da participação familiar na educação de idosos (a) está inserida, mesmo sem registro legal, na etapa de ensino intitulada Educação de Jovens e Adultos- EJA, onde Arroyo (2017) destaca que a EJA entre as outras etapas de ensino acaba sendo considerada a última opção de busca e esperança das pessoas, principalmente trabalhadores.

A educação na terceira idade deveria ser desenvolvida em torno da dinâmica em que a família seja aquela que favorece a devolutiva em forma de incentivo a pessoa idosa que tanto fez pelos familiares ao longo de sua vida. A escola por sua vez, deveria oportunizar não somente o ensino de conteúdo, mas exercer uma prática em que a pessoa idosa possa se redescobrir como ser crítico, com autonomia, descobrir novas habilidades.

Diante do contexto que se apresentou na condição de voluntária/bolsista do Programa GETI, trazemos a seguinte questão norteadora desta pesquisa: na perspectiva da pessoa adulta/idosa, qual a influência da participação familiar no desenvolvimento de sua educação? Essa questão central proporcionou outros

questionamentos: como se caracterizava a participação da família na educação da pessoa adulta/idosa no Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI? Quais os contributos da participação familiar ou a falta dela?

Para garantir o percurso metodológico da investigação foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual Deslandes (2009) diz que esse tipo de abordagem trabalha com significados sendo parte da realidade social. As participantes da pesquisa foram cinco (05) educandas da EJA, sendo quatro (04) da 2ª etapa de 2018 e uma (01) que participou da 2ª etapa do ano de 2017. O local da pesquisa é o Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI situado na Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, na Faculdade de Pedagogia, no município de Castanhal.

O procedimento realizado para obter os dados da pesquisa foi a entrevista semiestruturada a fim de facilitar a compreensão dos sujeitos da pesquisa, que tem por vantagem proporcionar flexibilidade ao entrevistador de repetir ou esclarecer perguntas para garantir a compreensão do entrevistado (LAKATOS, 2003). Para garantir o sigilo e preservar a identidade das entrevistadas foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, no qual foi realizado a leitura do mesmo antes do início das entrevistas.

Efetuada a coleta dos dados, buscou-se realizar análises sobre a participação familiar na educação da pessoa idosa no Programa GETI, a fim de descrever as ações que caracterizam essa participação, bem como, o reconhecimento dos aspectos que incidem nas maneiras em que a participação familiar contribui na educação desse público.

A produção textual teve suas discussões estruturadas por meio da divisão em três (03) seções, sendo a primeira denominada Fundamentos Teóricos subdividida em três (03) subseções, a segunda denominada Caracterização do Local e Percurso Metodológico da Pesquisa dividida em duas (02) subseções e a terceira intitulada Análise e Discussão da Pesquisa: Características da Participação Familiar e Seus Contributos na Educação da Pessoa Adulta/Idosa que não tem subdivisões por se tratar da análise e discussão da pesquisa.

A primeira seção abordou conceitos norteadores da pesquisa, sendo dividida em três subseções, na qual inicia-se discutindo o idadismo, tendo como principal autora

Marques (2011) que aborda as atitudes discriminatórias contra a pessoa idosa que por vezes passam despercebidas pela sociedade ou são aceitas pela mesma. A segunda subseção discute duas instituições (família e escola) cujo principal papel seria a formação de sujeitos por meio da parceria entre elas tendo Mesquita (2009) e Young (2007) como principais referenciais desta subseção.

A terceira subseção trouxe como um dos autores Arroyo (2017;2005) para discutir a diversidade presente na Educação de Jovens e Adultos- EJA. A discussão do lugar da pessoa idosa na EJA tem como principal referencial Vasconcelos e Brito (2012). A segunda seção dividida em duas subseções, sendo que a primeira traz uma descrição do local da pesquisa o Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI, em específico a Educação Formal ofertada aos idosos e a segunda subseção destina-se a apresentação do percurso metodológico da pesquisa.

A terceira e última seção abordou a análise e discussão dos dados coletados no decorrer da pesquisa, na qual busca-se identificar as características da participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa, sendo a discussão desses dados subsidiada por Bordenave (1994), além de Freire (2014) que traz a discussão da importância da autonomia e Palorin (2016) que subsidia a discussão dos contributos da participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa.

Os resultados apontam que a participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa tem aspectos positivos, podendo ser descritos os seguintes: atitudes de apoio, força em relação ao retorno dos estudos; o incentivo por meio de diálogo, bem como o respeito a autonomia, o auxílio na resolução de atividades escolares e participação na instituição de ensino em momentos proporcionadas pela mesma.

Os aspectos negativos podem ser evidenciados das seguintes maneiras: a reprovação e incompreensão familiar em relação a continuidade dos estudos; tratar a pessoa idosa como hóspede da residência e a aproximação do processo educacional apenas por curiosidade momentânea. Esses aspectos positivos e negativos influenciam na autoestima, confiança da pessoa adulta/idosa em superar desafios inerentes do processo educacional e da sociedade da qual faz parte.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 Idadismo: Atitudes Discriminatórias Contra a Pessoa Idosa

Nossa sociedade fala muito de inserção, da inclusão de Todos, contudo agimos de modo excludente e nos falta, ainda, instrumentos preciosos para viabilizar a inserção social – educação. [...] Cada pessoa é única em manifestação no mundo (PALORIN, 2016, p. 228).

O respeito é um princípio básico de uma sociedade, ou deveria ser. Esse princípio perpassa pela educação, onde se aprende que cada pessoa tem sua especificidade e que todos tem o direito a ela, a dignidade e ao respeito. MARINHO (2007) diz que é alarmante a exclusão da pessoa idosa pelo fato de seu crescimento populacional e isso é algo que acontece pelo mundo inteiro.

É importante iniciar uma discussão em relação a participação familiar na educação da pessoa idosa destacando questões do idadismo que acontecem na sociedade. Marques (2011) afirma que o idadismo se caracteriza pelas práticas de cunho negativo e generalizada a respeito do indivíduo considerando apenas uma característica, que no caso da pessoa idosa é idade.

“[...] a velhice é uma construção sociocultural marcada por uma ampla série de fatores de ordem econômica, familiar, de gênero, de estilo de vida, para citar apenas algumas variáveis desta delicada construção” (CASTRO, 2017, p.43). É justamente o fator familiar discutido ao longo deste trabalho, pelo fato da participação da família na educação da pessoa idosa ser influenciada por sua cultura e pensamento que por vezes se mostra por atitudes idadistas veladas de boas intenções.

Existe a necessidade de dialogar sobre a velhice quando a população está envelhecendo ao ponto do número de pessoas idosas ser mais evidente do que os jovens e crianças. Castro (2017) diz que é preciso discutir o preconceito em relação a idade por meio de estereótipos para com a pessoa idosa, que ocorrem devido as transformações populacionais.

Por mais que a perspectiva de vida esteja em constante crescimento na população brasileira, alcançar a longevidade torna-se um infortúnio, isso se deve a permanência dos estereótipos: limitação física, improdutividade, necessidade de cuidados constantes, bem como a lentidão para alcançar a evolução tecnológica e ser

partícipe do processo de ensino-aprendizagem. Isso faz com que haja uma contradição entre querer viver ao máximo e não querer ser velho, fica evidente a associação negativa a velhice (VASCONCELOS; BRITO, 2012).

Por muitas vezes as atitudes idadista acontecem e passam despercebidas por serem realizadas, a princípio, com boas intenções, como por exemplo a família que superprotege a pessoa idosa, mantém uma relação paternalista, o que gera perda de autonomia e identidade, ou tem piedade da pessoa idosa, isso são atitudes idadista aceitas pela sociedade e realizadas com frequência.

No Estatuto do Idoso o artigo quarto destaca a punição pela lei a algumas atitudes que podem ser interpretadas como idadistas, como por exemplo discriminação, opressão, atentado aos direitos da pessoa idosa, seja por ação ou omissão. O marco legal evidencia as formas mais claras do idadismo, no qual a lei assegura a punição de quem as comete, mesmo essas pessoas sendo da própria família da pessoa idosa, pois a lei se aplica a todo e qualquer cidadão.

Outro exemplo de idadismo contra a pessoa idosa que acontece no meio social é consequência da valorização exacerbada do mercado de trabalho, onde o (a) idoso (a) é considerado limitado, um peso, improdutivo. Quando a educação é forjada conforme sociedade capitalista, seu papel acaba sendo de realizar práticas de preparação tão somente para o mercado de trabalho, de forma técnica, deixando de lado a dimensão humana. Dessa maneira, a educação da pessoa idosa não é compreendida como benefício ao indivíduo e a sociedade por não ter o foco no mundo do trabalho.

Numa cultura que valoriza o trabalho acima de tudo, o facto de as pessoas idosas já não contribuírem de forma activa para a sociedade é encarado de forma negativa. Este tipo de avaliações tendem a centrar-se numa perspectiva mais imediatista, sem ter muitas vezes em atenção o facto de essas pessoas terem trabalhado e contribuído durante toda a sua vida. (MARQUES, 2011, p.44).

Vasconcelos e Brito (2012) chamam atenção para o fato do envelhecimento ser cercado de cuidados, onde os jovens não pensam sobre; os adultos evitam e aconselham as crianças à não fazer questionamentos sobre a idade dos idosos. Isso

mostra que o idadismo está presente no meio social pelo fato do envelhecimento não ser interpretado como processo contínuo da vida, mas como uma fase estática na qual tudo passa ser limitado, inacessível.

O Estatuto do Idoso aborda o respeito ao envelhecimento como direito de toda pessoa. “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente” (BRASIL, 2003, art. 8º). Vale acrescentar que o envelhecimento é algo natural da vida que todos vivenciam, a menos que aconteça algo que interrompa o ciclo da vida. O respeito ao envelhecimento além de está assegurado pela lei deve ser ensinado como valor moral as gerações a fim de que haja o respeito para com a pessoa idosa.

O idadismo está presente nas diversas formas de propaganda de rejuvenescimento. Isso torna a discussão do envelhecimento algo inevitável. “Combater o preconceito significa desafiar estereótipos e visões arraigadas que nos impedem de celebrar a diversidade e as diferenças que nos caracterizam como seres humanos” (CASTRO, 2017, p. 50).

A pessoa idosa cuidar da aparência, não é ruim, porém deve-se observar até que ponto esse cuidado da estética corporal não significa uma negação da velhice em busca de manter uma juventude já ultrapassada pelo tempo, por novas experiências de vida que precisam ser respeitadas como pontos positivos de uma maturidade intelectual adquirida ao longo do processo de envelhecimento.

A pessoa idosa, por vezes, é sinônimo de piedade, na qual se pensa que ela requer cuidados de forma contínua, que não é capaz de tomar decisões importantes devido as limitações causadas por sua idade. Exemplo bem simples, porém, significativo, que fere a dignidade e identidade da pessoa idosa é não manter diálogo direto com ele e sim com seu acompanhante a respeito de questões pessoais que ele mesmo enquanto pessoa pode estabelecer o diálogo.

A educação formal para esse grupo social não é entendida como uma possibilidade, pelo fato da incompreensão de que a pessoa idosa pode dar continuidade aos estudos e até mais do que isso, pode ensinar o que tanto aprendeu durante suas vivências cotidianas. O idadismo se faz presente quando os limites da

idade da pessoa idosa no processo educacional são tidos como superiores a sabedoria adquirida no decorrer da vida.

Por vezes as pessoas não entendem o motivo que leva a pessoa idosa a iniciar ou retomar seus estudos, frequentar um ambiente escolar. Isso pode estar vinculado a cultura do mercado de trabalho, onde a pessoa idosa tem seu espaço reduzido. Essa mentalidade idadista pode estar presente no meio familiar da pessoa idosa participante do processo educacional, não compreendendo que vivenciar esse processo na velhice pode ser fundamental para modificar seu pensamento em relação ao próprio processo de envelhecimento e dar um novo significado valorativo ao que já foi feito e o que ainda será realizado.

"[...] é imperativo compreender que o respeito pelas pessoas, independentemente da sua idade, é um princípio básico universal [...]" (MARQUES, 2011, p. 21). Nesse caso, respeito também engloba cumprir os direitos das pessoas, sendo assim, a pessoa idosa também tem direito a educação. Mas uma educação que seja crítica, onde proporcione libertação da pessoa idosa em relação a atitudes que o oprimem, ter autonomia em tomadas de decisão, praticar sua criatividade, dentre outros (VASCONELOS; BRITO, 2012).

Respeitar o direito da pessoa idosa é fazer com que ela vivencie um envelhecimento ativo, onde Marques (2011, p.30) diz que ativo "[...] refere-se à continuação da participação em actividades sociais, económicas, culturais, espirituais e cívicas e não só meramente à força física ou à participação no mercado de trabalho". A educação para pessoa idosa deve priorizar esse envelhecimento ativo e evitar práticas do idadismo, o que não deve ser confundido com não discutir esse tipo de preconceito.

É necessário tornar a discussão sobre o idadismo na educação, na saúde, em diversos espaços algo mais frequente, propositivo. Esse preconceito em relação a idade do indivíduo não acontece somente contra a pessoa idosa, porém ele é mais frequente contra esse grupo social e por vezes passa despercebido pelo fato de ser um preconceito velado de cuidado com a pessoa idosa. Vasconcelos e Brito (2012) dizem que esses fatores sociais contribuem para que a pessoa idosa se veja como

um empecilho para a família e para a sociedade o que causa um comodismo perante esse cenário social.

Marques (2011) destaca que é preciso tornar visível as capacidades dos trabalhadores mais velhos em relação ao mercado de trabalho utilizando sua criatividade para a aquisição de novas aprendizagens, profissões. Utilizando essa afirmação, percebe-se que se faz necessário, principalmente em meios de grande repercussão, mostrar que a velhice não é fim de vida, que nessa fase se tem muito que ensinar, aprender, que pode haver autonomia, amor, dentre outros adjetivos positivos.

Uma das maneiras de se quebrar o paradigma do idadismo está expresso na fala de Marinho (2007) a respeito do que ela chama de ética da convivência social, na qual diz respeito a questão moral do educar crianças e jovens para que compreendam que a pessoa idosa, dentre suas várias virtudes, tem a capacidade de acumular experiências de vida que os tornam sábios e que isso são valores insubstituíveis que somente as pessoas idosas carregam e que devem ser respeitados. “Não há dúvida de que o futuro deverá passar necessariamente pela construção de uma imagem mais positiva e menos “idadista” do envelhecimento e das pessoas idosas” (MARQUES, 2011, p.35).

Para que haja uma mudança em relação as práticas idadistas é necessário o reconhecimento de que essas práticas estão presentes no cotidiano, que são recorrentes na família da pessoa idosa, que ao privá-lo de decidir sobre sua maneira de viver, de utilizar seu dinheiro, sua capacidade de aprendizagem utilizando-se do argumento de limitações da idade está indo contra seus direitos e dignidade.

É inevitável que ao envelhecer limitações façam parte da vida cotidiana, porém, isso não pode ser utilizado como justificativa de privação da autonomia da pessoa idosa. Como o número de pessoas idosas vem aumentando se faz necessário que as políticas públicas sejam colocadas em prática, podendo ter como exemplo, a educação para a pessoa idosa é uma maneira de fazer com que as limitações que são naturais da velhice sejam minimizadas, que sua saúde e bem-estar físico e mental sejam proporcionadas além dos conteúdos.

A discriminação contra a pessoa idosa é motivo de punição por meio da pena de reclusão que varia de seis meses a um ano e multa. Esta regra está imposta no Estatuto do Idoso, no Art. 96, inciso 1º, na qual afirma que a pessoa que “desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo (BRASIL, 2003, art. 96)” estará sujeita a pena descrita anteriormente.

Esse artigo do Estatuto do Idoso é importante para se perceber a relevância da discussão sobre o idadismo, evidenciar que essa forma de preconceito possui várias nomenclaturas, porém, causam o mesmo dano a pessoa idosa, como por exemplo a baixa autoestima, a exclusão social. Reconhecer que pequenas atitudes podem ser idadistas é o primeiro passo para modificar pensamentos retrógrados. Posteriormente se faz necessário essa discussão ser realizada em todas as etapas de ensino, haja vista que é pela educação que formam-se pessoas críticas.

## **2.2 Família e Escola: Instituições Parceiras na Formação de Sujeitos**

Família e escola precisam, juntas, criar uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isto, é fundamental que se encarem como parceiras de caminhada, pois ambas as duas são responsáveis pelo que produzem [...] (SOUSA; FILHO, 2008, p.7).

Quando se fala em educação logo questiona-se quem são os responsáveis por ela, por ensinar. Na vida de um indivíduo são várias as formas de obter diversos conhecimentos. O espaço familiar é onde o sujeito aprende diversas coisas, como comportamentos, valores, cultura, religião; todos esses elementos fazem parte do conhecimento do senso comum, do qual se faz uso para entender os conhecimentos a serem adquiridos na escola.

Quando se trata de conhecimento a escola é a instituição primeira a ser lembrada, o que não significa negar os conhecimentos aprendidos em família, mas está relacionado aos conhecimentos específicos, educação formal; depois da família a escola é o local onde o indivíduo vai organizar e aprimorar os conhecimentos adquiridos anteriormente em sua vida.

Para Mesquita (2009) a escola é um ambiente social complexo, onde relações são estabelecidas para além do ensino e aprendizagem. São diversas relações entre

sujeitos culturais proporcionando a cada ambiente sua particularidade. Segundo Young (2007) o principal objetivo da escola seria possibilitar o acontecimento da aquisição de conhecimentos.

Interessante destacar que o autor fala de aquisição de conhecimentos sem citar sujeitos, entende-se que não é somente o educando que adquire conhecimentos no ambiente escolar, por ser uma instituição onde ocorrem relações complexas, todos desde educandos, professores até funcionários de apoio, tem o que aprender no decorrer da vivência no espaço escolar.

“Para que servem as escolas?” é que elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho (YOUNG, 2007, p.1294).

Percebe-se que a escola é um espaço em que o sujeito adquire conhecimento formal, diferente do que ele traz da sua realidade, isso não quer dizer que esses dois tipos de conhecimentos estejam em uma relação hierárquica. Quando na escola há apenas a transmissão de conhecimento é considerado apenas o conhecimento formal. Quando há construção do conhecimento por meio do ensino, considera-se o senso-comum para relacionar ao conhecimento formal facilitando a aprendizagem. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2014, p.47).

Young (2007) descreve essa diferença de conhecimentos como dependente de contexto podendo ser prático ou procedimental, mas ambos são para resoluções de situações específicas o que difere do conhecimento teórico (oferecido na escola) que independente do contexto capaz de oferecer generalizações, ou seja, pode ser utilizado de maneira diversificada.

Percebe-se que as escolas não são instituições neutras, ou seja, a margem da realidade social, não podendo “ser analisadas fora do tempo e do lugar onde atuam, pois expressam em lento processo de construção social e cultural” (Mesquita, 2009, p.25). São participantes desse processo construtivo não somente discentes e professores, mas todo o corpo de apoio da instituição e a sociedade, especificamente

familiares dos discentes que são sujeitos das ações educacionais ocorridas nesse ambiente.

O conceito de família, assim como o de escola se modifica conforme o período e a sociedade da qual faz parte. Antes do Estado exercer o poder o modelo de família estabelecido era o patriarcal, a partir da industrialização se instaurou esse modelo de família se modifica, na qual o sobrenome não tem tanta importância, a mulher tem seu destaque e a função da família passa a ser a socialização da criança e estabilização dos demais membros da família (TERUYA, 2000).

A autora traz a família mediadora do indivíduo e a sociedade, sendo que essa instituição perpassa por questões econômicas, culturais, demográficas e sociais podendo inclusive ter influência na sociedade. “O ambiente familiar é o ponto primário da relação direta com seus membros [...]” (SOUSA; FILHO, 2008, p.2). É por meio da família que o sujeito, enquanto criança, cresce e desenvolve sua imagem.

Nesse caso o adulto tem a responsabilidade de cuidar desse sujeito (criança) em diversos aspectos, inclusive de sua educação. Essa responsabilidade é dividida com a escola, essa por sua vez, é o local de formação social, no caso da criança é onde seus conhecimentos lhe proporcionam a organização de seu agir na sociedade, além da aprendizagem de conteúdos de diversas disciplinas.

Sousa e Filho (2008) afirmam que a família e a escola partilham do mesmo objetivo que seria a educação das crianças e adolescentes por meio de uma relação de cumplicidade. E se tratando da pessoa idosa que é estudante, a família deixa de ser aquela que inspira para o início do desenvolvimento da criança e passa a ser (ou deveria) aquela que respeita a decisão da pessoa idosa estudar, que estimula a continuidade do processo educacional.

Mesquita (2009) expressa que é necessário haver um equilíbrio em relação ao objetivo da educação, onde não precisa ter o foco somente em transmitir conhecimento e que não sejam definidos pelo mercado de trabalho, mas que não esteja distante do mesmo; é preciso ter uma definição de currículo de acordo com as expectativas dos sujeitos pertencente a mesma. Dessa maneira a próxima discussão realizada é referente a EJA, modalidade de ensino onde a diversidade de sujeitos, metodologias, currículos se faz presente.

### **2.3 Educação De Jovens e Adultos- EJA: Lugar da Pessoa Idosa nesse Espaço de Ensino**

A Educação de Adultos teve seu início por meio do Plano Nacional de Educação, instituído pela Constituição de 1934, no qual o ensino primário deveria ser ofertado de modo gratuito e extensivo para os adultos. Somente no final da década de 1940 a Educação de Adultos foi reconhecida como problemática de política pública nacional (HADDAD; PIERRO, 2000).

A mudança da nomenclatura, antes apenas Educação de Adultos, passa a considerar os jovens a partir de 1980 (MOTTA, 2007). Arroyo (2017) afirma ser necessário ocorrer um avanço no sentido de reconhecer os direitos a educação e formação humana para além somente do letramento e *numeramento*.

Os sujeitos da EJA são estigmatizados como atrasados, não escolarizados, isso mostra a EJA como uma modalidade de ensino negligenciada, cujo existência não é valorizada, não sendo considerada local de direitos, mas de ações conforme a bondade alheia de agências sociais, isso se deve ao fato de antes, o Estado se responsabilizava apenas com a educação de pessoas de 7 a 14 anos de idade (ARROYO, 2017). A partir da elevação do analfabetismo e a necessidade de mão-obra para a indústria esse quadro de responsabilidade se modificou.

A EJA é ampla no sentido em que integra diversos processos educativos presentes no meio social, profissional, cultural de cada indivíduo proporcionando uma compreensão da vida de maneira crítica. Esse segmento de ensino precisa considerar a realidade do educando, a maioria trabalhadores, a fim de que os conteúdos a serem ensinados se relacionem com os conhecimentos adquiridos ao longo da vida; estar para além da alfabetização.

Soares (2001) afirma que a educação de jovens e adultos é um espaço heterogêneo, que envolve diversidades sejam elas de pessoas, de experiências educacionais, o que nos remete a uma “[...] prática abrangente de produção e aquisição de saberes e fazeres, exercício responsável da cidadania e expressão, socialização e criação de cultura” (AGUIAR; LEITÃO, 2001, p.121).

A EJA está vinculada a educação popular que é entendida como um processo de reflexão, questionamento da realidade para que se tenha a possibilidade de pensar

nos interesses populares estabelecendo uma relação entre o conteúdo e a realidade do educando para que seja possível analisar criticamente seu estar no mundo, como sujeito de direitos e de construir-se socialmente conforme seus interesses pessoais a partir do coletivo.

Gadotti (2006) destaca a diversidade de pareceres a respeito da educação de adultos ao longo dos anos e que perduram atualmente. Destacam-se a ideia de *extensão da educação formal* na qual passa a ter característica suplementar. Há também as duas formas de educação de jovens e adultos: a primeira forma seria a que promove reflexão e mudança da realidade (para além do ensino de conteúdos).

A segunda forma de educação de jovens e adultos segundo Gadotti (2006) tem seu foco voltado para o profissional, que seria mais utilitária, a educação para o mercado de trabalho. Mas a principal discussão em relação a educação de jovens e adultos era modificar os índices de analfabetismo por meio do regresso de jovens e adultos analfabetos a educação formal.

“Criticamos as concepções que conferem à educação de adultos um caráter compensatório, mera reposição de escolaridade regular perdida, ignorando-a como educação para trabalhadores” (GADOTTI; ROMÃO, 2006. p.114). Percebe-se que a educação de jovens e adultos está para além de ensino conteudista, sendo um processo de ensino e aprendizagem que considera o educando como trabalhador, sujeito de direito a uma educação de qualidade.

Uma educação que considere seus conhecimentos prévios, suas necessidades educacionais e sociais, além do que, a avaliação da qualidade dessa educação não considera somente a quantidade de conteúdo aprendido, mas a forma de participação do educando, com atitudes e palavras provenientes de sua cultura e aprimoradas por meio dos conhecimentos adquiridos, no processo educacional.

Da mesma maneira que há diversidade na Educação de Jovens e Adultos, as instituições que as ofertam também são variadas podendo ser governamentais ou não-governamentais, além de universidades (como é o caso do local onde a pesquisa que norteia essa produção foi realizada). Dessa maneira percebe-se que essa educação está para além de caráter de suplência do ensino fundamental.

Arroyo (2005) discute a Educação de Jovens e Adultos- EJA como campo de direito e de responsabilidade pública, e essa forma de compreensão que abarca essa investigação. Destaca que é um espaço de especificidades e diversidades no qual faz dela, a princípio, um espaço aberto a intervenções o que pode ocasionar o risco de improvisação. Percebe-se a EJA como responsabilidade do Estado por meio de pesquisas na área.

Várias instituições públicas sérias criam propostas para a EJA, sendo obrigação do Estado a reponsabilidade por esse segmento de ensino. Para que haja uma reconfiguração da EJA, para além de reposição de conteúdos, segunda chance, faz-se necessário considerar alguns aspectos como mudança de olhar que não vise somente as carências dos educandos, mas que os reconheça como sujeitos de direitos (ARROYO 2005).

A Educação de Jovens e Adultos- EJA é um “espaço formador”, onde reconhece o jovem e o adulto em sua trajetória de vida, de que espaços eles vieram, se eram de formação ou não, sua cultura, os espaços para além da escola que eles ocupavam. São diversas realidades desse público de diferentes jovens e adultos, onde cada um tem sua especificidade (ARROYO 2005).

Souza (2001) traz uma característica importante da educação de jovens e adultos que seria o respeito ao ritmo de aprendizagem de cada educando, que antes de educando é trabalhador, proporcionando o desenvolvimento de perspectivas de si mesmo e da sociedade como um todo. Para que isso seja possível se faz necessário ter conhecimento da realidade de cada educando, ou seja, saber o perfil dos discentes a fim de modificar conteúdos, materiais conforme suas necessidades educacionais, da realidade cotidiana (SOARES, 2001).

Assim como a educação popular, outra modalidade educacional presente na Educação de Jovens e Adultos- EJA é a educação continuada que segundo Haddad (2001) é desenvolvida ao decorrer da vida abrangendo a conquista de conhecimentos e habilidades, além de valores que orientam suas ações e discernimentos.

O desenvolvimento da educação continuada na EJA tem sua importância pelo fato de os jovens e adultos trazerem consigo uma diversidade de conhecimentos adquiridos nas relações pessoais na sociedade e no seu ambiente de trabalho. Esses

conhecimentos diferenciam os jovens e adultos das crianças, caracterizados como habilidades que proporcionam uma maior compreensão do processo educativo e reflexões sobre suas aprendizagens (OLIVEIRA 2001).

Por causa dos diversos processos educacionais, de sujeitos e de objetivos da Educação de Jovens e Adultos- EJA, Motta (2007) afirma ser difícil defini-la. Além disso a autora destaca que é necessário, para além regulamentação por meio da legislação, seja proporcionado condições para que essa modalidade de ensino seja desenvolvida de maneira adequada, com qualidade. A definição da EJA está atrelada ao espaço em que ela se desenvolve, essa modalidade de ensino se constrói a partir dos sujeitos que dela fazem parte.

Em uma sociedade em que a qualificação profissional é uma exigência que determina níveis e salários faz-se necessário que a educação seja ofertada a toda e qualquer pessoa, principalmente para quem não teve a oportunidade de prosseguir o processo educacional. Nesse caso a EJA é uma modalidade de ensino de valor significativo, na qual jovens, adultos e idosos tem a oportunidade de participar do processo educativo que antes não lhe foi possível, assim como afirma Motta (2007):

A EJA é uma necessidade da nova sociedade de informação do nosso século que exige qualificação com possibilidades de crescimento profissional na atualização de conhecimentos e habilidades contínuos, para o grupo de excluídos educacionais (p.41).

O ensino da Educação de Jovens e Adultos- EJA tem seu diferencial quando considera a realidade de cada educando, sendo que são adultos trabalhadores, jovens em busca de um trabalho mais digno ou idosos que já foram trabalhadores. Com isso, a educação não é simplesmente conteudista, mas formadora de sujeitos críticos, ou mesmo uma maneira de modificar um pensamento já estabelecido sobre si mesmo e sobre a sociedade.

A educação da pessoa Idosa, que tem sua discussão realizada na próxima subseção deste texto, se desenvolve na Educação de Jovens e Adultos-EJA, este ensino para a terceira idade mostra as diversidades encontradas na EJA, bem como seus desafios na prática de uma educação cujo principal objetivo não é o mercado de

trabalho, mas exercer o direito de educação para todos, bem como promover a dignidade humana da pessoa adulta/idosa.

### **2.3.1 Educação da Pessoa Idosa**

Os novos conhecimentos serão vistos e usados com criticidade, sem domesticação e submissão do idoso, e sim com uma apropriação inteligente do mundo. [...] é uma intervenção pedagógica que possibilita ao idosos construir seu conhecimento, ser sujeito de sua história [...] (LIMA, 2001, p.23).

A longevidade da população é algo que está mais evidente nos últimos anos. Percebe-se que o número da população idosa vem aumentando gradativamente. O Ministério da Saúde destaca uma projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, no CENSO (2010), afirmando que em 2030 o número de pessoas idosas será superior ao de pessoas com até quatorze anos de idade. São vários fatores que proporcionam a elevação do número populacional de pessoas idosas, Alves e Vianna (2010) destacam a expansão na divulgação de pesquisas gerontológicas como um desses fatores.

Por meio dessas pesquisas que estão relacionadas, por exemplo, a saúde física da pessoa idosa, onde se percebe as características relacionadas a idade cronológica, bem como a saúde mental. Essas investigações também proporcionam o conhecimento de atitudes e atividades que proporcione o bem-estar físico e psicológico das pessoas idosas, que vão desde cuidados médicos a práticas de atividades físicas, culturais, educacionais e sociais.

Outro fator da elevação do número de pessoas idosas, é a melhoria da qualidade de vida que pode ser consequência da prática de atividades físicas, culturais, sociais e educacionais, esta última atividade será discutida posteriormente. Apesar disso, Marques e Pachane (2010) acentuam que acontece um paradoxo no qual se busca a longevidade, mas rejeita-se a velhice. Isso acontece justamente porque o envelhecimento não é discutido no âmbito educacional, como forma de conteúdo transversal.

Neste texto o envelhecimento e a velhice são compreendidos como etapas a serem vivencias por todos que almejam a longevidade, Netto (2013) especifica que

envelhecimento é um processo e velhice uma fase da vida. Dessa forma, percebe-se que a velhice é consequência de um processo de vivências, que não deve ser estigmatizada como o fim. “[...] o envelhecimento é de interesse de todas as faixas etárias, uma vez que esse processo ocorre ao longo de toda a vida” (DOLL; RAMOS; BUAES, 2015, p. 11).

A desmistificação da velhice precisa ser realizada por consequência do aumento da população idosa. Vasconcelos e Brito (2012, p.32) dizem que é necessário haver modificações onde “[...] não são apenas as estruturas sociais que precisam ser modificadas: a percepção desse sujeito sobre si mesmo e dos outros sobre ele também carece de um redirecionamento”. Essa mudança de percepção pode acontecer por meio de vivências e práticas educacionais formais.

A educação formal da pessoa idosa pode proporcionar a queda de estereótipos como de dependência, fragilidade, fase estática da vida relacionados as pessoas idosas que são reproduzidos pela sociedade idadista e que a pessoa idosa acaba internalizando e sendo excluído socialmente. Mas para que essa educação se faça presente é necessário que ela seja assegurada pela legislação educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.692/96 não traz em seu registro a educação da pessoa idosa de maneira específica, neste caso ela está inserida na Educação de Jovens e Adultos- EJA (discutida na subseção anterior). A mesma lei não considera a educação como contínua, ou como possibilidade para a pessoa idosa quando diz, no artigo 37 da quinta seção que a EJA é destinada aqueles que não tiveram acesso à educação ou não deram continuidade na *idade própria*.

Contrário a isso a Lei 10.741/03 que é o Estatuto do Idoso assegura a pessoa idosa (a partir de 60 anos) diversos direitos, bem como meios de punição para descumprimento de determinados artigos. Dentre os direitos estabelecidos pela lei está a educação, expressa no capítulo cinco, mais especificamente no artigo 20 no qual diz que a educação é direito da pessoa idosa.

O Artigo 21 especifica que o Poder Público tem o dever de criar oportunidades para as pessoas idosas de acesso à educação, bem como a adequação de “currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais” (BRASIL, 2003, art. 21). Percebe-se que o Estatuto tem a visão que como a educação da pessoa idosa é

desenvolvida na EJA é preciso garantir que a pessoa idosa seja incluído nesse processo educacional e não simplesmente adaptado a educação de jovens e adultos.

Sabe-se que a pessoa idosa tem limitações físicas inerentes a idade e que se faz necessário a realização de mudanças para que sua vivência do processo educacional seja de qualidade, como por exemplo, material didático e a escrita no quadro pelo docente com letras maiores, para facilitar a visualização, bem como o tom de voz do docente para facilitar a escuta da pessoa idosa, dentre outras maneiras de adaptação.

A adequação curricular é importante pelo fato de que a Educação de Jovens e Adultos- EJA viabiliza o direcionamento para o mercado de trabalho ou a atualização de trabalhadores, já que os educandos em sua maioria são jovens e adultos. O objetivo do educando idoso (a) nem sempre se direciona ao trabalho, mas sim a atualização de seus conhecimentos, socialização ou mesmo a alfabetização, daqueles que nunca estudaram.

É imprescindível que o currículo considere os conhecimentos das pessoas idosas adquiridos em sua longa trajetória de vida, bem como a discussões de temáticas relacionadas a saúde, proteção da pessoa idosa, o resgate de memória, a fim de que a pessoa idosa faça uma releitura de si mesma e da fase em que vive e que os demais educandos da EJA se familiarizem com o processo de envelhecimento e com a velhice proporcionado a quebra de paradigmas etários.

O Estatuto do Idoso reconhece que a pessoa idosa tem direito a educação e ela é um processo que perdura por toda a vida. Pressupõe-se que a educação da pessoa idosa é importante, porque para além de conteúdos ela pode oferecer “participação social e o desenvolvimento, muitas vezes inesperado e surpreendente, de habilidades jamais experimentadas” (VASCONCELOS; BRITO, 2012, p.15).

Fazendo memória de onde a educação da pessoa idosa começou a ser desenvolvida, Doll; Ramos; Buaes (2015) trazem a informação de que “no Brasil, o primeiro trabalho com pessoas idosas foi iniciado pelo SESC/SP ainda nos anos 1960” (p.2). Essa instituição foi quem promoveu pela primeira vez a reunião em grupo para discutir a aposentadoria, bem como a participação da pessoa idosa em atividade de lazer e de educação nas primeiras *Escolas Abertas* (CACHIONI, 1998).

Pressupõe-se que a educação da pessoa idosa esteja para além de uma prática conteudista, tendo em vista que seus educandos são pessoas que trazem consigo uma vasta gama de experiências de vida, conhecimentos do senso comum do qual o docente faz uso para exemplificar o que o currículo educacional sugere. Essa prática educacional permite a pessoa idosa reconstruir concepções do qual “proporcionar-lhes uma forma de sair do lugar de exclusão a que foram destinados por tantos anos” (COURA, s.d., p.8).

Em experiência como voluntária/bolsista do Projeto de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI, da UFPA pode-se perceber o que alguns idosos buscavam no regresso ao ambiente escolar. Muitos buscavam a alfabetização, por não saberem ler nem escrever, outros a atualização de seus conhecimentos, eles acabam vivenciando, além da leitura e escrita, participam de discussões com temáticas sociais, bem como a aprendizagens de conteúdos como: língua espanhola, artes, meio ambiente, dentre outros.

Trata-se de atender às expectativas de um indivíduo maduro, experiente, preocupado em “se” conhecer melhor, reafirmando sua autoestima; que deseja aprender mais do que já sabe e quer conhecer o que ainda não teve oportunidade de saber; tem expectativa de melhorar sua qualidade de vida; espera estabelecer novas formas de relacionamento com o outro e novas inserções no mundo que o cerca (VASCONCELOS; BRITO, 2012, p.18).

As afirmações anteriores reforçam que a educação da pessoa idosa tem seu valor inquestionável, levando em consideração “que todos são capazes de aprender” (PALORIN, 2016, p.177). Essa educação é um processo que não se considera somente a leitura e a escrita descontextualizadas, mas é um processo inserido na realidade das pessoas que vivenciaram diversos momentos de lutas, de trabalho, relacionamento familiar que a educação dará novos significados, reforços qualitativos a suas memórias.

A educação da pessoa idosa está diretamente relacionada com o bem-estar, quando ela é desenvolvida de maneira positiva isso contribui para a qualidade de vida, do enfrentamento de situações idadistas da realidade em que vive, bem como a confiança em suas habilidades, talentos, o ensinar o que aprende, estar a serviço das outras pessoas (MARINHO, 2007).

Sabendo que a velhice não pode ser considerada como um processo pronto, homogêneo e nem generalizado; suas características são analisadas de maneira contextualizada (COSTA 2001). Desta forma, a educação da pessoa idosa não deve ser infantilizada, seguindo o paradigma de que quando se vivencia a velhice é como se regressa-se a infância, isso só faz sentido se significar uma análise de sua trajetória de vida (MEDEIROS 2001).

Quando é feita a discussão sobre a educação da pessoa idosa percebe-se que o educando é uma fonte de conhecimentos, que por vezes ele mesmo não se considera uma pessoa sábia, que precisam ser valorizados, respeitados. O (a) educando (a) idoso (a) deve ser considerado como aquele que pode ensinar o que aprendeu em sua trajetória, seja como trabalhador (a), doméstica, aquele que luta por seus direitos, dentre outras situações.

A educação da pessoa idosa é desenvolvida, em sua maioria, por projetos nas universidades que tem propostas pedagógicas que buscam desenvolver uma educação permanente (NETTO, 2001). Isso proporciona a pessoa idosa a possibilidade de almejar coisas novas, projetos para sua vida, dar continuidade aos estudos para aqueles que a princípio pretendiam somente ter domínio da leitura e escrita. Tudo isso proporciona uma atualização do conhecimento, de valores de maneira significativa para a pessoa idosa.

Na medida em que a pessoa idosa se torna partícipe da educação formal ele desenvolve potenciais “adormecidos”, reconstrói pensamentos e modifica seu agir, o que proporciona a busca por ser tratado de acordo com suas ações. Isso significa a possibilidade de enfrentamento de desafios da realidade social, buscar direitos como cidadão e cumprir deveres como qualquer outra pessoa.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

#### 3.1 Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI: Educação Formal

O Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI é um Programa de extensão da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal. O atendimento acontece por meio de quatro Projetos: a saber Educação Formal de Jovens, Adultos e Idosos, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Castanhal, oferecendo Educação Formal nas 1ª e 2ª Etapas da Educação de Jovens e Adultos-EJA, porém nesse ano de 2018 apenas a turma de 2ª etapa foi formada.

**Figura 1** – Atividade desenvolvida no Projeto de Educação Formal de Jovens, Adultos e Idosos



Fonte: <https://getiufpa18.wixsite.com/getiufpa>

Além desse primeiro Projeto, o Programa GETI é composto pelo Projeto de Atualização Cultural que acontece através de reuniões, palestras, oficinas, rodas de conversa e Projeto de Bem-Estar Físico realizado via atividades teóricas e práticas de exercícios físicos, orientadas por professores e graduandos de Educação Física do Campus Universitário de Castanhal. Esses dois projetos atendem apenas pessoas a partir de 50 anos de idade.

**Figura 2**– Atividade do Projeto de Atualização Cultural e Projeto de Bem-Estar Físico



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1646753492269612&set=pb.100008049315172.-2207520000.1533220789.&type=3&theater>

As pessoas que participam das atividades oferecidas pelo Programa GETI estão em sua maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O principal objetivo do Programa é o desenvolvimento de atividades educacionais formais e não formais, físicas e culturais direcionadas a pessoas idosas, adultas e jovens no Campus Universitário de Castanhal e nas comunidades circunvizinhas, principalmente o bairro Jaderlândia onde o Campus está localizado.

Para a discussão desse trabalho tem-se como foco o Projeto de Educação Formal de Jovens, Adultos e Idosos, que realiza oferta anual de duas turmas de 1ª e 2ª etapa da EJA referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, as aulas acontecem diariamente no turno da tarde. Tudo desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação- SEMED, que disponibiliza pessoal técnico-administrativo, merendeira, professores/as e material pedagógico, merenda escolar e certificação dos/as educandos/as.

As atividades desenvolvidas no Projeto estão de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos- EJA, bem como a oferta da educação formal aos jovens respeitando a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB. A oferta da educação também se estende a pessoas com deficiência tendo os devidos suportes de professores auxiliares selecionados pela SEMED.

O Programa GETI oferta um quarto Projeto, para todas as pessoas que participam da Educação Formal, Atualização Cultural e Bem-Estar Físico. Intitulado Inclusão Digital para alunos do GETI- IDIGET esse Projeto é uma proposta da Faculdade de Computação do Campus Universitário de Castanhal- UFPA, ofertando aos participantes aulas de informática que proporcionam a inclusão digital e aprendizagem do uso de recursos computacionais e tecnológicos.

**Figura 3**– Atividade do Projeto Inclusão Digital para alunos do GETI- IDIGET



Fonte: <https://getiufpa18.wixsite.com/getiufpa>

Dessa maneira a parceria entre a Faculdade de Computação e o Programa GETI respeita o estabelecido no Estatuto do Idoso, no art. 21, inciso 1º diz que: “Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna” (BRASIL, 2003, art. 21).

É necessário destacar que a Universidade Federal do Pará, por meio do Programa GETI atende a uma exigência do Estatuto do Idoso, mais especificamente ao artigo 25, no qual diz que as instituições de educação superior têm que ofertar a pessoa idosa programas de extensão que ofereçam educação formal e não formal em uma perspectiva de educação ao longo da vida.

Vasconcellos e Brito (2012) discutem que a educação na terceira idade tem uma abordagem de ensino que proporciona a pessoa idosa a percepção de ser social, sujeito importante, que tem seu papel no mundo, que possui capacidade de aprender e de ensinar, de contribuição a partir de seus conhecimentos adquiridos nas suas experiências de vida. Com a atuação como voluntária/bolsista no Programa GETI

percebe-se que esses critérios de uma educação permanente, libertadora citada anteriormente é desenvolvida pelo programa.

Vale citar como exemplo o ato da matrícula ou rematrícula das pessoas que desejam participar do Programa, onde é indagado sobre os conhecimentos que a pessoa idosa, adulto ou jovem tem que podem compartilhar. Responder essa pergunta causa dúvida por não saber que conhecimentos seriam esses, mas a partir de uma reflexão vê-se a satisfação da pessoa em responder que tem um ou vários conhecimentos que possam ser compartilhados.

Quando se tem uma instituição voltada para a educação da pessoa idosa ela tem por finalidades o ensino no qual diz respeito a reconstrução do pensamento, formar grupos a fim de que favoreça a união, ter vínculos, construir uma identidade (LIMA, 2001). No Programa GETI percebe-se essa situação de grupo quando há eventos onde os participantes dos três projetos do Programa se reúnem.

Os eventos que o Programa GETI promove a pessoa idosa seja aberto ou não para a comunidade acadêmica sempre tem início marcado por músicas popularmente conhecidas que são cantadas pelos próprios participantes do Projeto, onde a letra remete a autoestima, a amizade, ao sentimento de pertença a um grupo e que demonstram a importância de cada pessoa com sua especificidade.

As pessoas que participam do GETI se sentem em família, que vestem a camisa do Programa para além de um uniforme, mas como uma forma de identificação, de participação de uma união para seu crescimento pessoal e social, o que proporciona “[...] relações significativas entre jovens e velhos e entre velhos e sociedade (STANO, 2001, p.158-159).

A logo utilizada para identificar o Programa GETI mostra a força que o grupo tem, onde são respeitadas as especificidades de cada pessoa simbolizadas pelas diferentes mãos unidas. Mais do que isso, a pessoa idosa é tratada como sujeito de direitos, ela constrói vínculos e identidade por meio de sua participação no Programa.

**Figura 4-** Logotipo do Programa GETI



O respeito à especificidade dos sujeitos concretiza-se nas práticas docentes nas aulas da educação formal, onde cada um tem a oportunidade de expressar suas experiências do cotidiano que se relacionam com a discussão do conteúdo realizada, assim como afirma Freire (2014):

Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto ao respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando [...] (p.31).

Além disso, a docente, auxiliares, voluntárias e bolsistas tem a prática de estarem próximas aos educandos, no decorrer das aulas se direcionar de maneira individual, na carteira de cada um, a fim de perceber suas dificuldades, que por vezes estão relacionadas a características da idade avançada, além de sempre ser garantida a fala desses sujeitos principalmente para relembrar conteúdos anteriormente abordados e saber seus conhecimentos prévios do assunto.

O GETI é o único espaço, no Município de Castanhal a oferecer educação formal para pessoa idosa em um horário acessível ao público, referente ao início do turno da tarde, isso é uma forma de garantia do direito da pessoa idosa ter acesso à educação e que seja de qualidade, facilitando a questão visual por conta da luminosidade solar e de segurança, por ser um horário de menor periculosidade.

Ser um Programa pertencente ao Campus Universitário de Castanhal, proporciona a integração entre universitários e estudantes idosos (a) em um mesmo nível de respeito ao conhecimento de cada um, onde trabalhos acadêmicos produzidos sobre a temática do envelhecimento e apresentados são vistos e comentados pelo público idosos. Essas práticas evidenciam o papel social para com a pessoa idosa do Programa GETI.

### **3.2 Percurso Metodológico**

A presente pesquisa e análise dos dados por seu intermédio obtidos são consideradas de abordagem qualitativa, no qual Deslandes (2009) afirma que esse tipo de abordagem:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (DESLANDES, 2009, p.10).

Dessa maneira, a seguinte pesquisa busca descrever ações que caracterizam a participação da família na educação da pessoa adulta/idosa e as influências dessa participação ou falta dela. Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas, que tem por vantagens: a sua utilização com população na condição de alfabetizados ou analfabetos, além de proporcionar flexibilidade ao entrevistador de repetir ou esclarecer perguntas para garantir a compreensão do entrevistado (LAKATOS, 2003).

O roteiro de entrevista utilizado se constitui por oito (08) perguntas iniciais, semiestruturadas, com o objetivo de adquirir informações básicas das entrevistadas, como por exemplo seu perfil familiar e renda econômica. As outras onze (11) perguntas dizem respeito a compreensão do conceito de participação, a maneira que a família participa da educação, as formas de tratamento do sujeito enquanto pessoa idosa, o que inclui a autonomia, características e a importância da participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa.

Foi realizado uma entrevista piloto para “evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso, [...] verificar até que ponto esses instrumentos têm, realmente,

condições de garantir resultados isentos de erros” (LAKATOS, 2003, p.165). Esse momento da entrevista teste aconteceu na residência da entrevistada, em um período não-letivo, mas que a matrícula da entrevistada estava confirmada na 2ª etapa o que garante os critérios para a participação na pesquisa.

Além do roteiro, também foi utilizado como instrumento, a fim de coletar os dados, o celular como gravador de áudio para que fosse possível uma melhor e mais fiel captação das falas das entrevistadas na íntegra. As participantes das entrevistas foram cinco (05) educandas da Educação de Jovens e Adultos- EJA, mais especificamente quatro (04) da 2ª etapa de 2018 e uma (01) que participou da 2ª etapa do ano de 2017 e está atualmente no Projeto de Atualização Cultural.

Os critérios para a escolha dos sujeitos da pesquisa, além de serem participantes do Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI; foi considerado a idade, a partir de cinquenta (50) anos de idade entendendo que as características fisiológicas que caracterizam a velhice começam antes dos sessenta (60) anos de idade (MARINHO, 2007). As entrevistadas foram escolhidas pelo fato de terem maior presença nas aulas e serem as mais receptivas em relação a realização de entrevistas.

A fim de manter o sigilo e deixar as entrevistadas seguras de que suas falas seriam utilizadas com total respeito e responsabilidade foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, onde antes de iniciar a entrevista era realizado a leitura do documento e posteriormente as entrevistadas assinavam as duas vias do documento.

O sigilo das entrevistadas também é assegurado pela utilização de nomes fictícios. Foram utilizados nomes de flores que são seres da natureza que trazem consigo beleza, importância para o desenvolvimento da vida natural, assim como as entrevistadas foram importantes para a construção deste trabalho, bem como para substituir a utilização de números para identificar as entrevistadas que não faz sentido em se tratando de pessoas.

O local da pesquisa, que teve sua descrição realizada na subseção anterior, foi o Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI situado na Universidade Federal do Pará- UFPA, no Município de Castanhal, que de acordo com Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) está localizado a 65 quilômetros da capital Belém (Pará).

O contato com as cinco (05) entrevistadas ocorreu de maneira favorável devido a confiança estabelecida entre entrevistadas e pesquisadora por conta do contato estabelecido entre ambas no papel de educandas e voluntária/bolsista da Educação Formal do Programa GETI. O convite se deu por meio do diálogo expondo os objetivos da pesquisa e esclarecendo o sigilo da mesma, além da possibilidade de desistência em participar da pesquisa a qualquer momento.

Os espaços, horários em que as entrevistas aconteceram foram estabelecidos pelas entrevistadas com o propósito de deixá-las o mais confortável possível. O recurso de gravação de áudio foi favorável no sentido de possibilitar a observação de expressões faciais e corporais das entrevistadas que ajudaram a compreender suas respostas, que muitas vezes eram bastante objetivas.

A organização da análise foi realizada por meio de categorias (autonomia da pessoa idosa e participação familiar), tendo como referencial Bardin (2016) que diz que “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...], agrupamento esse efetuado em razão de características comuns entre destes elementos” (p.147)

As perguntas realizadas no início da entrevista permitiram traçar o perfil de cada entrevistada. Percebe-se características iguais entre elas, na qual apenas uma entrevistada é exceção dessas características. A seguir estão uma tabela com a síntese dos perfis de cada entrevistada e posteriormente cada um deles na integra tendo sua sequência de apresentação de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

**Quadro 1** - Síntese do Perfil dos Sujeitos

Nº	Nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Renda
01	Margarida	Feminino	60	Solteira	09	Aposentada
02	Rosa	Feminino	57	Solteira	05	Não
03	Hortênsia	Feminino	62	Separada	01	Aposentada
04	Jasmim	Feminino	65	Viúva	08	Aposentada
05	Gardênia	Feminino	61	Solteira	00	Aposentada

**Fonte:** Elaborado pela autora do trabalho

Margarida tem sessenta (60) anos de idade, solteira, tem nove (09) filhos. Reside com uma filha que é surda e com duas netas. Sua renda corresponde a aposentadoria com valor equivalente a um salário mínimo e o lucro de vendas de sapatos e joias, mas não sendo uma renda fixa. Todos de sua família são alfabetizados.

Rosa é solteira, tem cinquenta e sete (57) anos de idade, tem cinco (05) filhos, reside com um (01) filho, dois (02) netos e uma (01) nora. Todos de sua família são alfabetizados. Sua renda é gerada pelo filho que com ela reside, devido ao fato de Rosa não ser aposentada e não receber nenhum benefício.

Hortênsia tem sessenta e dois (62) anos de idade, separada, tem um (01) filho, reside com uma (01) irmã mais velha, um (01) irmão e uma (01) neta. Hortênsia faz parte de uma família numerosa de 10 irmãos. Todos de sua família são alfabetizados. Sua renda é equivalente a aposentadoria no valor de um salário mínimo.

Jasmim tem sessenta e cinco (65) anos de idade, sua renda é referente a sua aposentadoria equivalente a um (01) salário mínimo. Viúva, Jasmim tem oito (08) filhos, reside com seu companheiro, com dois (02) filhos e um casal de netos. Todos de sua família são alfabetizados.

Gardênia é deficiente visual, tem sessenta e um (61) anos de idade. Solteira, não tem filhos, reside com sua sobrinha e a filha de sua sobrinha, sua renda equivale a um (01) salário mínimo correspondente a sua aposentadoria. Todos de sua família são alfabetizados.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS NA EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA

Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar* [...] constatando, nos tornamos capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (FREIRE, 2014, p.75).

Analisando os perfis de cada entrevistada, apresentados na subseção anterior, fazendo uma comparação a fim de constatar características semelhantes entre elas percebe-se que a idade do grupo de entrevistadas vai de cinquenta e sete (57) anos a sessenta e cinco (65) anos. Com exceção de Rosa que por sua idade ainda não é aposentada nem recebe benefício, todas as outras entrevistadas são aposentadas e suas aposentadorias fazem parte da renda familiar. Rosa depende financeiramente de seu filho que reside em sua casa.

As respostas das adultas/idosas referente a pergunta sobre a escolarização dos familiares, diz que os membros das famílias das entrevistadas que residem na mesma casa são alfabetizados. Esse questionamento tem seu valor pelo fato de quem já vivenciou o processo de educação formal percebe a importância da educação na vida do sujeito.

Em relação a pergunta: **“a senhora já tinha estudado antes?”**, a maioria afirmou que mesmo no convívio da família já havia tido experiências anteriores de educação em outras instituições de ensino, sendo quatro (04) afirmativas e uma (01) negativa. Percebe-se na fala das entrevistadas que a família influencia de maneira direta, no caso de Gardênia que não tem o estímulo familiar para prosseguir sua trajetória educacional, ou indiretamente, como no caso de Hortênsia que alguns membros de sua família adoeceram e ela teve que interromper seus estudos por um determinado tempo.

Os relatos das entrevistadas em relação as experiências anteriores de educação formal proporcionam elaborar o seguinte questionamento: **“qual foi a atitude de sua família em relação a sua decisão de iniciar/ou reiniciar seus estudos?”**.

Quatro (04) entrevistadas responderam que a reação de seus familiares foram positivas, utilizando do adjetivo: “boa”, bem como atitudes de “apoio” e “força”, apenas uma (01) entrevistada trouxe pontos negativos da atitude familiar:

Mal, mal, mal. Eu que por mim mesmo quis vir pra cá, mas que por eles... Não, no começo até que eles não disseram nada, mas aí depois de um tempo desse pra cá começaram já, minha sobrinha fala que não sabe porque que eu tô estudando. Eu até falei pra HL isso aí: pra quê que eu estudo, eu não vou me formar em nada, porque que eu não paro com isso, besteira sabe, mas sempre me derrubando, querendo me derrubar, entende. É só de quem eu ainda tenho apoio é da HL, que o resto (GARDÊNIA).

Quando realizei a entrevista pude perceber, pelo tom de voz de Gardênia, por sua agitação que essa situação da falta de apoio familiar em relação a sua atitude de estudar é causa de um incomodo e de indignação, principalmente pelo fato de a entrevistada ser cega, onde se esperava que a situação fosse oposta.

Várias atitudes observadas na realidade social são de tratar a pessoa idosa como uma pessoa dependente, por vezes, incapaz de tomar decisões. Não se pode negar que isso por vezes acontece devido ao estado de saúde da pessoa idosa, isso não significa que essa situação seja regra geral de toda pessoa idosa.

Pela etimologia da palavra autonomia, que Zatti (2007) descreve abaixo, percebe-se que autonomia se refere a decisões que o sujeito toma para si, sua própria lei. Por não ser sinônimo de autosuficiência o sujeito precisa do próximo, no caso da pessoa idosa, sua família é importante, não para subestimá-lo, como acontece em vários casos, mas para respeitar sua autonomia, estimular mudanças positivas em sua vida.

Etimologicamente autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, autós (por si mesmo) e nomos (lei). Não se entende este poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de autosuficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral [...] (ZATTI, 2007, p.12).

Quando a pessoa idosa tem autonomia no seu cotidiano, em meio a sua família, liberdade de decisões e o respeito pela mesma isso o ajuda no desenvolvimento do

ensino e aprendizagem, além de ser um estímulo para continuar seu processo educacional mesmo com as possíveis dificuldades que possam acontecer. Ao discutir participação da família na educação da pessoa adulta/idosa se faz necessário questionar a existência dessa autonomia.

Dessa maneira foram realizadas duas perguntas referentes a autonomia e uma em relação ao respeito para com o sujeito enquanto pessoa idosa que está interligado a autonomia. Primeiramente foi realizado o seguinte questionamento: **“enquanto pessoa idosa, como sua família lhe trata?”**

Quatro das cinco entrevistadas afirmaram ser bem tratadas por sua família, dando destaque a fala de Jasmim que considera o apoio familiar aos seus estudos como uma maneira positiva de tratamento enquanto pessoa idosa:

“Me tratam bem né, graças a Deus me tratam bem, eles me apoiam no meu estudo, deram maior força pra mim continuar né, eles me tratam bem” (JASMIM).

O contrário ocorre com Gardênia, que relatou em meio às incertezas, receio de expressar sua opinião por conta de considerar um favor sua morada na residência de seus familiares:

[...] Me trata mais ou menos, porque, o essencial da coisa, porque a gente precisa daquele canto né menina, então a gente não pode né extrapolar, porque ou bom ou ruim é lá que eu tô ficando né, que tão me acolhendo né [...] Mais ou menos assim, porque, por esse fato né, deles não me aprovarem na escola né, no meu estudo né [...] e eles falam assim [...] me colocando sempre pra baixo [...] dizendo: pra quê eu está estudando, que eu não vou me formar em nada, que não sei, entende, tipo assim, desfazendo da pessoa entende, eu não concordo com isso [...] Poxa, eles que são meus parentes eram para me apoiar nera?! [...] Digamos assim, que se a pessoa não tem o apoio da família vai ter de quem né?! [...] Olha eu acho tão legal meus colegas [...] que nem os outros que são igualmente eu, mas eles tem o apoio da família e eu não tenho, essa parte aí que é pra eles colaborar comigo eles não fazem isso só tentam me jogar pra baixo, entende, é desfazer de mim, sei lá, é uma coisa complicada, sabe?! (GARDÊNIA).

A Constituição Federal de 1988, no artigo duzentos e trinta (230) diz que **“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”** (BRASIL, 1988, art. 230, *grifo nosso*).

É assegurado legalmente o bem-estar e a dignidade da pessoa idosa, isso implica a forma de tratamento da mesma em seu ambiente familiar. Quando a família respeita o sujeito enquanto pessoa idosa está garantindo sua dignidade, mas quando o fato de a idosa relatar uma convivência familiar “mais ou menos” isso implica de modo negativo em seu bem-estar comprometendo sua autoestima, autoconfiança.

Percebe-se que as entrevistadas associam a maneira de como a famílias as tratam com sua aprovação em relação a prática de estudar. Devido a isso foi questionado se **“existem situações familiares ou do dia-a-dia, conselhos, orientações de alguém que lhe impede de frequentar as atividades escolares? Por que?”**.

Margarida e Hortênsia afirmaram não haver nenhum impedimento por parte da família que lhe impossibilitasse de frequentar as atividades escolares. Rosa e Jasmim apresentaram situações familiares que impediram de participar das atividades escolares, porém essas situações eram relacionadas a própria saúde ou de seus familiares, ou seja, nesse último caso a família influencia de maneira indireta.

Até aqui, quer dizer, que nem agora que eu estou com esse tratamento né, quando eu começar a fazer o tratamento, aí eu não vou, não vai dar de eu vir todo dia, né, que vai ter semanas que eu não vou vir, que vai ser até três dias na semana, aí no caso eu não vou poder vir (ROSA).

Já que nem eu falei agora que eu parei no ano que comecei, eu parei por causa desse neto meu que mora comigo de 19 anos, ele mora comigo né, aí ele tem um problema de depressão, aí por isso que eu parei (JASMIM).

Gardênia foi bem incisiva quando respondeu, tanto por suas palavras como pelo seu tom de voz ao fazer o seguinte relato: “Eles só não impedem porque eles sabem que eu não aceito, que eu não obedeco entende, mas no caso se eu obedecesse tinha sim, tem”.

Esse termo **atividades escolares** foi utilizado pelo fato da educação desenvolvida no Programa GETI não se restringir a sala de aula, mas existem diversas atividades desenvolvidas no Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará- UFPA e também em outros espaços do próprio município, tendo como exemplo as aulas-passeio.

Esse questionamento se fez necessário para perceber se realmente as famílias apoiam, se eles permitem por meio de suas atitudes, as entrevistadas frequentarem as atividades escolares. Isso porque, seria contraditório dizer eu te apoio em seus estudos e impedir a adulta/idoso de frequentar a instituição de ensino, por exemplo, lhe sobrecarregando em seus afazeres, aconselhando a não manter sua rotina educacional, dentre outros.

Sabe-se que a autonomia está diretamente ligada a decisões, escolhas, atitudes a serem tomadas sem algum tipo de impedimento, por ser uma decisão individual de cada sujeito. Dessa maneira foi realizada a seguinte pergunta: **Sua família lhe permite fazer escolhas, tomar decisões em sua vida cotidiana?**

As respostas foram positivas, dando destaque a associação pelas entrevistadas de autonomia a sua função de matriarca da família, de quem cuida da residência e dos que moram nela, além da firmeza de uma das idosas em garantir sua decisão perante a família.

"Sim. Porque eu sou bem dizer a dona da casa né, bem dizer não né, sou né. Aí eu não tenho marido né, tudo é eu, eu que sou responsável aqui de dentro de casa por tudo. Até agora, graças a Deus eu ainda posso comandar as coisas" (MARGARIDA).

Assim, quando é coisa errada, que ela vê que não dá certo ela não deixa, mas estamos sempre nos comunicando, a de Belém sempre liga, ela ligou um dia desses, menina a M tá pra cá e a Hortência tá só, ela disse rapaz a Hortência tá acostumada a pegar ônibus e para a UFPA não faz medo não (HORTÊNSIA).

Quem toma conta de casa sou eu, eu é que manobra a casa, mas eles não me impedem de eu fazer, eu faço atividade, eu faço coisa [...], tem passeio assim da escola, das coisas que eu participo, do CRAS, eles não me impedem não. Nada dessas coisas eles não me impedem, se for pra mim sair, pra passear nos meus passeios daqui eles não me impedem não, dão é força pra mim ir (JASMIM).

"Mana, se eles derem ou não [...] quem toma sou eu e pronto. Eu tenho autonomia enquanto a isso sim. Para sair eu dizendo pra eles onde vou eles não me impedem" (GARDÊNIA).

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação [...] a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (FREIRE, 2014, p.58).

Freire (2014) destaca que respeitar a autonomia de cada pessoa é uma prática ética, também pode ocorrer o desrespeito, chamado por ele de transgressão. Cada

entrevistada é segura de sua autonomia seja pelo fato de exercer função essencial em sua residência ou pela sua convicção de que pode decidir sobre sua vida e seus familiares devem respeitá-la como sujeito de direitos.

A discussão que se faz durante este trabalho busca verificar as características da participação da família na educação da pessoa adulta/idosa; para isso é preciso ter o conhecimento do conceito de participação, tanto na concepção teórica quanto na prática expressa pelas falas das entrevistadas. Dessa maneira questionamentos foram realizados para saber não somente as características dessa participação, mas também seus contributos para a educação da pessoa adulta/idosa.

A palavra participação, segundo o dicionário, tem dois significados: “1. Ato ou efeito de participar. 2. Presença, ajuda [...]” (LAROUSSE, 2009, p.611). Esse ato de participar seria interação, se fazer presente. Bordenave (1994) partilha deste significado e complementa afirmando que participação é também “tomar parte ou ter parte” (p.22). Percebe-se que as principais características expressas em relação a participação dizem respeito a presença, ajuda, interação, que são ações comuns do cotidiano de qualquer sujeito.

Se relacionarmos a família com as características de participação citadas anteriormente também não há novidades, mas quando se trata da participação desse grupo social na educação da pessoa adulta/idosa isso se torna um desafio. Deste modo foi perguntado as entrevistadas **“O que é participar? O Que você entende por participação?”**

Margarida não respondeu de forma clara a pergunta, mas o que se pode interpretar de sua fala é que participação seria estar junto com pessoas facilitando a sua aprendizagem. Rosa e Hortênsia utilizaram a mesma afirmativa que é “estar presente”. Jasmim utilizou o exemplo das aulas, onde participar seria não faltar e frequentar sempre e Gardênia disse que participação: “é uma pessoa tá presente ali né, no meu ver né, estar presente ali, tá apoiando aquela pessoa também né, tá dando suporte para aquela pessoa [...]”.

As falas das entrevistadas coincidiram com o significado de participação expresso teoricamente, cada uma associou com a sua realidade, inclusive utilizando as aulas da qual participa como exemplo. Para Bordenave (1994) a participação está

para além de resolução de problemas, sendo uma necessidade do homem. É esperado a participação familiar na educação da pessoa adulta/idosa, pelo fato de participar seja uma necessidade humana.

A realização das perguntas anteriores proporcionou a percepção de que a maioria das entrevistadas é a responsável por sua residência e por seus familiares, isso atrelado ao fato das pesquisas abordarem a participação familiar atrelada somente a educação das crianças, faz com que tenhamos dificuldade em perceber a família participando da educação formal de pessoas idosas. Dessa maneira foi perguntado as entrevistadas **“de que forma sua família participa da sua educação formal, aqui no Programa GETI?”**

Eles ajudam, assim, porque eu estudo a tarde né, aí eles me dão força né, vai. A R mesmo é uma né, eu disse que não queria mais estudar esse ano, ela disse que não, que nós tinha que ir, aí fomos fazer a matrícula. E eles dão maior apoio, né, para nós estudar, eu e a R né, como você sabe, né, que ela é muito inteligente né, me dão muito apoio né, para eu aprender mais (MARGARIDA).

Em sua fala, Margarida cita uma de suas filhas, que é surda, como a que mais participa de sua educação formal pelo fato da mesma estudar junto com ela, mas não somente ela, com toda a família, inclusive utilizando da expressão “aprender mais”, isso mostra que o ser humano pode aprender ao longo da vida.

Rosa e Jasmim afirmaram que suas famílias participam ao ajudar a fazer as atividades da escola. Hortênsia afirma que todos ajudam e destaca a preocupação de uma de suas irmãs: “a minha irmã saía pro trabalho e dizia vai, tu não tem hora pra tu chegar, vai estudar e pronto”.

Como esperado devido as respostas anteriores, a família de Gardênia não participa de sua educação formal. Ela afirma que seus familiares se aproximam de seu processo educacional por curiosidade, isso se deve ao fato de Gardênia ser cega, dessa maneira a metodologia de ensino realiza-se de maneira adaptada às suas necessidades.

Acho que nenhuma. A HL quando dá, se eu chamar ela pra vir pra cá no momento que ela possa vir eu sei que ela vem, a HL vem, agora os outros eu acho que não... eles podem vir né, mas não tanto pra me apoiar, porque eles podem vir por curiosidade entende, pra ver assim.

Ó eu vim agora no dia das mães sábado, cadê que veio alguém comigo, chamei a menina pra vir, minha sobrinha, que não podia vir não, veio só o HA. E a outra disse que não podia vir, que não sei o que (GARDÊNIA).

São várias as maneiras de participação de um sujeito em relação a educação da pessoa adulta/idosa, uma delas é a prática do incentivo, que tem sua importância, considerando as dificuldades apresentadas pela pessoa idosa referente a idade, como por exemplo dificuldade de enxergar, ritmo paulatino de aprendizagem. Tudo isso pode desmotivar a pessoa adulta/idosa e o incentivo evita essa situação de desânimo. Dessa maneira foi realizada a seguinte pergunta: **existe o incentivo familiar para que você participe regularmente das atividades escolares?**

Todas as entrevistadas afirmaram que seus familiares apoiam, dão força, como diz Jasmim: “[...] as vezes eu digo assim: há hoje eu tô com preguiça de ir pra escola, aí a minha filha vá, vai pra escola, não tem que faltar, pode ir, eles me incentivam”. Gardênia também recebe o incentivo de alguns familiares, porém, eles não residem com ela: “só existe incentivo da HL é a que eu acho, que eu aponto que me apoia mesmo assim sobre isso é a HL. A irmã SC que morava no Cristo também apoia”.

As duas perguntas anteriores se complementam indagando o modo de participação da família e especificando essa participação por meio do incentivo da mesma. No relato das entrevistadas percebe-se algumas características da participação familiar que seria o auxílio na resolução de atividades escolares, além do incentivo para que a frequência nas aulas seja mantida, mesmo que seja de uma pequena parte da família.

As duas próximas questões são ainda mais específicas à participação familiar na dinâmica do espaço escolar, como por exemplo, a resolução de atividades escolares. Foi realizada a seguinte pergunta: **quando você tem alguma atividade escolar, você recebe ajuda da família? Se sim, de que forma?**

Margarida, Rosa, Hortênsia e Jasmim relatam que recebem ajuda de seus familiares, destacando netos e filhos, para resolverem atividades escolares encaminhadas para casa. Como expressa Margarida: “Às vezes eles me ensinam

algumas coisas. Quando tem o dever de casa que eu não sei eles me ajudam, minhas filhas, meus netos. Eles me dão apoio”.

Como nas outras perguntas sobre a participação da família, Gardênia foi a única que afirmou não receber ajuda de seus familiares. Tendo a oportunidade de vivenciar o processo de ensino e aprendizagem de Gardênia, como voluntária/bolsista do Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade- GETI, percebi que ela não levava para casa nenhuma atividade para ser resolvida junto com a família, justamente por essa falta de participação familiar.

Essa situação acontece pelo fato da família não se esforçar em aprender o Sistema BRAILLE que é utilizado por Gardênia para leitura e escrita. Para que fosse possível a resolução das atividades escolares por Gardênia em sua casa, algum familiar teria que ler as questões enquanto ela, em outra folha, por meio do BRAILLE, escreveria as respostas das respectivas questões ditadas.

Esse questionamento referente a resolução de atividades escolares em casa, com a família foi realizado pelo fato de as atividades escolares serem uma ferramenta utilizada pelos docentes para aproximar o discente de sua família em relação a sua rotina educacional, dessa maneira a resolução de atividades escolares seria uma oportunidade da família ter conhecimento da aprendizagem do educando e a própria socialização entre os membros da família.

Quando foi questionado **de que forma a sua família é convidada a participar na escola?** O intuito era saber se a instituição de ensino colabora para que aconteça ou intensifique a participação familiar na educação da pessoa idosa. Hortênsia, Jasmim e Gardênia relataram que suas famílias são chamadas para participar de festas e eventos que o Programa GETI promove.

Eles convidam né pra participar, pra ver né, como a gente tá aprendendo alguma coisa né. As vezes não dá pra ir né, porque, eles também têm o que fazer deles né, não dá pra ir, mas quando dá... que nem a minha neta já foi ano passado comigo na festinha que teve, ela foi, ela gostou (MARGARIDA).

Eles chamam, no momento em que eu vim, também, a minha filha já veio, que ela já findou aqui né e já saiu, está estudando já noutro canto, aí eu achei que foi, eles chamaram né. E participam das festinhas, quando tem eu sempre convido eles, dando para eles virem, eles me acompanham (ROSA).

Tanto a família quanto a escola têm de viabilizar relações pautadas na afetividade e no adequado desempenho de papéis. [...]. O que uma família tem de fazer nenhuma escola consegue substituir, por melhor que seja; o que a escola tem de fazer, as famílias não conseguem, mesmo sendo educadoras (PALORIN, 2016, p.33)

As palavras de Palorin (2016) evidenciam a importância da família e escola em relação a suas funções. Tudo ganha um peso maior quando se trata da pessoa idosa, onde a escola tem o papel de criar metodologias para aprimorar os conhecimentos da pessoa idosa adquiridos ao longo de uma vida inteira. A família é aquela que respeita as decisões das pessoas idosas, que promove situações de estímulo onde o sujeito possa acreditar em sua capacidade de aprendizagem, de autonomia, mesmo com as dificuldades inerentes a idade.

A última pergunta é a considerada mais importante, pelo fato de estar diretamente relacionada ao objetivo do trabalho, buscando saber, a partir de cada entrevistada, sua opinião em relação a importância da participação familiar em sua educação formal. Sendo assim foi realizada a seguinte pergunta: **você considera importante a família participar da sua educação formal?**

Todas as entrevistadas afirmam ser “muito importante” a participação da família em sua educação formal. Hortênsia destaca um motivo dessa importância, que seria “para estar por dentro do que acontece”. Aparece na fala de Jasmim a “força” que seus familiares lhe proporcionam quando a mesma afirma não querer estudar, isso a motiva continuar sua jornada educacional. Gardênia foi muito decidida em falar da importância da participação familiar:

Muito, muito, muito, [...], é muito útil a participação da família, [...] pra que apoie aquela pessoa né, pra que dê incentivo né, que é o que eu não tenho muito, pra que dê, assim um suporte mais forte para a pessoa né, uma força né [...] pra que a pessoa [...] prossiga a sua jornada né, mais confiante que aquela pessoa que a gente tá tendo aquele carinho da parte daquela pessoa (GARDÊNIA).

Percebe-se em cada fala anteriormente citada que a participação da família na educação de cada adulta/idosa é importante, não somente nas falas expressas, mas em situações presenciadas nas atividades proporcionadas pelo Programa GETI.

Enquanto voluntária/bolsista do programa por muitas vezes, as mesmas senhoras entrevistadas em festas, seminários que aconteciam no GETI, apresentavam feliz seus familiares que as acompanhavam.

[...] a maior força para a participação é o diálogo. Diálogo, aliás, não significa somente conversa. Significa se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; [...]; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins (BORDENAVE, 1994, p.50).

Na fala de quatro entrevistadas a participação por meio do diálogo é assegurada quando familiares incentivam a presença delas nas aulas. Na família de Gardênia há uma falta de compreensão e de se colocar no lugar da idosa, pelo fato de não haver uma participação familiar efetiva em sua educação, além do fato de não compreender que estudar está para além de ler, escrever, mas construir uma consciência crítica, autoestima, autoconfiança, principalmente em se tratando de uma idosa deficiente visual.

Por vezes as repostas das entrevistadas foram objetivas e o silêncio pairava, mas as expressões de alegria após cada resposta, como por exemplo, quando expressavam que seus netos ajudavam em suas atividades escolares ou mesmo a de indignação, receio em responder justamente pela falta dessa participação familiar assegura a importância da presença da família na educação da pessoa adulta/idosa.

A utilização da entrevista foi de suma importância não somente pelo fato de facilitar as respostas das idosas, mas para perceber suas expressões faciais, a mudança da tonalidade de voz ao responder determinadas perguntas. Um exemplo disso são as expressões de inquietude, a voz embargada de uma das entrevistadas ao dizer que a família não é participativa em sua trajetória educacional e em alguns momentos de sua vida.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das leituras realizadas, por meio da análise dos dados obtidos, observou-se que as famílias, em sua maioria, participam do processo educacional da pessoa adulta/idosa. As principais características dessa participação estão relacionadas ao

diálogo, por meio dele há o incentivo, atitudes de apoio dos familiares para que as adultas/idosas perseverem em sua trajetória educacional.

Acredita-se que a participação da família na educação da pessoa adulta/idosas colabora com o desenvolvimento dos educandos pelo fato de ter a autoestima elevada dando-lhe possibilidades de superar desafios propostos nesse processo. A exemplo disso tem o sentimento de orgulho das idosas em apresentar seus familiares para os funcionários do Programa GETI quando os mesmos se fazem presente em eventos realizados no Programa.

Um fato interessante relatado na fala de uma das entrevistadas é a relação intergeracional proporcionada pela educação. Isso não acontece somente nas salas de aula, por ter a presença de jovens, também acontece no ambiente familiar, no qual netos (as) ajudam suas avós a resolverem questões das atividades encaminhadas pelas docentes do Programa GETI.

O convívio dos idosos com os seus filhos e netos pode beneficiar mutuamente as gerações, no sentido do aprimoramento dos conhecimentos em relação a história familiar, a cidade onde residem, ao mundo, e fora do contexto familiar, pode facilitar o estabelecimento de uma nova amizade/afetividade que desencadeie a solidariedade, e o desenvolvimento cognitivo social (FRANÇA; SILVA; BARRETO, 2010, p.521).

Essa relação intergeracional proporciona a adulta/idosas um vínculo maior com seus familiares, além de ser um incentivo a prosseguir sua trajetória educacional, assim como seus netos. A adulta/idosas não se sente mais inferior a nova geração, pelo contrário, isso se torna motivo de renovação de conhecimentos e atitudes.

A participação dos educandos nas aulas por vezes é alterada conforme sua relação familiar, isso pode ser percebido nas falas das entrevistadas ao relatarem as atitudes de seus familiares em relação a decisão das adultas/idosas de reiniciar seus estudos, a presença nas aulas. Por mais que a pessoa adulta/idosas seja independente, mas ela convive com seus familiares e isso transparece para seus estudos.

Quando se vivencia experiências de aprendizagem é natural que o sujeito queira partilhar seus aprendizados, pelo fato de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2014, p.25). A família tem o papel de

grupo que ouve, dialoga com a adulta/idosa e ele espera como devolutiva, atitudes de apoio, incentivo para que ele avance cada vez mais nesse processo de ensino e aprendizagem.

A não participação da família é consequência de uma percepção da pessoa idosa como incapaz de desenvolver novas habilidades, aprendizagens, ou seja, devido à um olhar idadista em relação a pessoa idosa. Essas atitudes ficam evidentes nas falas de uma das entrevistadas ao afirmar que sua família não lhe apoia, não tem um incentivo, pelo contrário, exercem atitudes de questionamento negativo quanto a sua aprendizagem.

[...] o caráter imediatista de nossa cultura: o povo deseja ver resultados concretos de seu esforço e não está acostumado a esperar recompensas tardias. A capacidade de aguardar recompensas demoradas vem com a educação (BORDENAVE, 1994, p.50).

O imediatismo da cultura capitalista é o principal desafio em relação a educação da pessoa adulta/idosa. Os dados obtidos por meio da fala de uma das entrevistadas demonstram a incompreensão do tempo de desenvolvimento da educação da pessoa adulta/idosa, de seus benefícios a longo prazo. Por não perceber a velhice como um processo contínuo da vida, não se compreende que a educação formal em todas as suas etapas é uma possibilidade para a pessoa idosa.

A aprendizagem modifica o sujeito e seu modo de entender e agir diante dos fenômenos sociais. Afinal, é para isso que se aprende. Pode-se afirmar que quanto mais uma pessoa aprende, melhor ela entende o mundo e se insere nele (PALORIN, 2016, p.54).

Percebe-se na fala de cada entrevistada, em seus sorrisos, o valor da aprendizagem em suas vidas, o desejo de progredir cada vez mais em seus estudos. O apoio de suas famílias ou até mesmo a falta dele, como é o caso de Gardênia, é uma motivação para cada uma delas seguir sua vida de modo ativo, seja por meio da educação formal ou por outras atividades que proporcionem o bem-estar e a dignidade da pessoa adulta/idosa.

Por mais que Gardênia utilize de modo construtivo a participação mínima e até mesmo inadequada de sua família em sua educação formal isso pode ser considerado como uma exceção. A emoção da entrevistada expressada em alguns momentos da

entrevista, mostra que a falta de participação familiar afeta de modo significativo o desenvolvimento de seu processo educacional e social.

A interação entre as famílias da pessoa adulta/idosa com o Programa GETI acontece de maneira favorável, significativa, na qual o contato entre as duas instituições não ocorre somente por intermédio da docente da turma, mas entre o Programa como um todo, nos momentos comemorativos, bem como de eventos acadêmicos proporcionados pelo mesmo.

As entrevistas realizadas proporcionaram, para além das respostas correspondentes as perguntas realizadas, algumas informações significativas referentes ao desenvolvimento da educação da pessoa adulta/idosa. Algumas entrevistadas relataram o interesse em continuar seus estudos, para além da segunda etapa da Educação de Jovens e Adultos- EJA, porém esse interesse esbarra no desafio que é a falta de oferta de turmas da EJA em um turno acessível para a pessoa idosa.

Percebe-se nesse relato que a Educação no município de Castanhal está infringindo o artigo vinte e um do Estatuto do Idoso que afirma: “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (BRASIL, 2003, art. 21). Por mais que existam turmas de EJA em diversas escolas elas não estão acessíveis para a pessoa idosa.

O contexto social mostra que enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB permanece estagnada em relação a educação da pessoa idosa ao não abordá-la de maneira específica, o Estatuto do Idoso vem avançando enquanto legislação que promove o direito da pessoa idosa a educação de qualidade, no qual essa educação proporcione o bem-estar físico, a autonomia e dignidade da pessoa idosa perante a sociedade.

A realização deste trabalho não se constitui em tarefa fácil, pelo fato da discussão da participação familiar ser relacionada a pessoa idosa no âmbito da saúde, pouco se encontra essa temática em relação a educação da pessoa idosa. A princípio a ideia era pesquisar a participação familiar no ensino fundamental, mas com a experiência como voluntária/bolsista no Programa GETI verificou-se a necessidade

de divulgar a importância da educação na terceira idade e da participação familiar nesta educação.

A inquietude em perceber que são poucos os espaços que trabalham com a educação de pessoas idosas proporcionaram a escrita deste trabalho, bem como a não aceitação de que a família tem o papel único de cuidar da saúde da pessoa idosa. “Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos” (FREIRE, 2014, p.33).

Tendo em vista os aspectos discutidos acreditamos que a participação familiar, seja ela positiva ou negativa, influencia significativamente a educação da pessoa adulta/idosa, por essa atitude afetar a autoestima, autoconfiança da pessoa idosa e esses sentimentos tem função motivadora para dar continuidade a vivencia da educação formal tendo em vista que “a capacidade de aprendizagem está, na verdade, ligada a fatores motivacionais” (VASCONCELOS; BRITO, 2012, p.68).

Como contributo acredita-se na necessidade da discussão dos benefícios que a educação promove para a pessoa idosa seja propagada. Em uma sociedade capitalista se faz necessário a quebra do paradigma do imediatismo. A educação não promove somente a aprendizagem da leitura e escrita, mas também o bem-estar, gerando dignidade e qualidade de vida para a população idosa cada vez mais numerosa na sociedade.

A princípio, essa discussão poderia ser realizada localmente, pelo próprio Programa GETI, no qual seria necessário intensificar a prática de trabalhos já realizados pelo Programa que proporcionam a participação da família no Programa através de palestras, seminários, festas comemorativas, passeios.

Para além das atividades citadas anteriormente, poderia ser realizada rodas de conversas, brincadeiras, dinâmicas de expressão verbal e corporal em que as famílias possam ser as principais participantes de discussões sobre a educação da pessoa idosa, combate a atitudes idadistas que passam despercebidas pelas famílias. Este trabalho é um contributo para que a pessoa idosa seja respeitada por seus familiares a quem tanto se dedicou e a sociedade alicerçada pelas forças de um (uma) jovem que atualmente merece a valorização de sua sabedoria.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre; LEITÃO, Cleide. **ALMANAQUE DO ALUÁ: LEITURA, FORMAÇÃO E CULTURA**. p. 111-123. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas-SP: Mercado de Letras. Ação Educativa. 2001.

ALVES, Vicente Paulo; VIANNA, Lucy Gomes. **Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso: desafios e possibilidades**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 489-510, jul. /set. 2010.

ARROYO, M. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.

\_\_\_\_\_. **Passageiros da noite: do trabalho ao EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

CACHIONI, Meire. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade São Francisco**. Campinas, SP: [s.n.], 1998. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

CASTRO, Gisela G. S. **Precisamos discutir sobre o idadismo**. Mais60- Estudos sobre Envelhecimento, vol.28, nº 67, maio de 2017, art. 3, p. 38-55. Versão original: publicada na revista Comunicação & Educação, v. 20, n. 2, São Paulo: USP, 2015, p. 101-114.

COURA, Isamara Grazielle Martins. **ENTRE MEDOS E SONHOS NUNCA É TARDE PARA ESTUDAR: A TERCEIRA IDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS** – Prefeitura Municipal de Contagem, GT-18: Educação de Pessoas Jovens e Adultos. s.d.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; BARRETO, Márcia Simão Linhares. **Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira?**. REV. BRAS. GERIATR. GERONTOL., RIO DE JANEIRO, 2010; 13 (3):519-531. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbqg/v13n3/a17v13n3.pdf>

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 8 ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.- (Guia da escola cidadã; v.5).

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: correntes e tendências**. p.29-40. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 8 ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.- (Guia da escola cidadã; v.5).

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14, pp.108-130. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PAS - Pesquisa Anual de Serviços, 2006. [online]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150240&search=para|castanhal>> Acesso em 14 ago. 2016

LIMA, Mariúza Pelloso. **Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI**. p. 15-26. In. KACHAR, Vitória (Org.). Longevidade: um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LISBOA, Rose Suellen (Org.). **Guia de elaboração de trabalhos acadêmicos**. Diego Santana (Colab.). Nonato Lisboa (Rev.). Belém: Biblioteca UFPA, 2017.

MANZOTTI, Padre Reginaldo. **A dignidade da pessoa idosa**. JORNAL DO EVANGELIZADOR. Curitiba-PR. nº 129. Junho de 2018.

MARQUES, SIBILA. Discriminação da Terceira Idade. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sibila Marques. Lisboa-Portugal, 2011.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. **Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

MARINHO, Silene Chacra Carvalho **EDUCAÇÃO DE IDOSO: UM CAMINHO PARA CIDADANIA.** 2007 Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/412.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/412.pdf) . Acesso em: 05 de fevereiro de 2018.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo. **Fatores intraescolares e desempenho escolar: o que faz diferença?** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 2009. p. 21-33. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14621@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14621@1)

MOTTA, Simone Fialho da. **Educação de jovens e adultos: evasão, regresso e perspectivas futuras.** Dissertação de mestrado. Ribeirão Preto – SP. 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

NETTO, Matheus Papaléo. **O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos.** In. Tratado de geriatria e gerontologia / Elizabete Viana de Freitas ... [et al.]. - 3.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Disponível em: <https://ftramonmartins.files.wordpress.com/2016/09/tratado-de-geriatria-e-gerontologia-3c2aa-ed.pdf> . Acesso em: 28 de abril de 2018

OLIVEIRA, Marta Kohl. **JOVENS E ADULTOS COMO SUJEITOS DE CONHECIMENTO E APREDIZAGEM.** p. 15-43. In. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas-SP: Mercado de Letras. Ação Educativa. 2001.

PALORIN, Isabel Cristina Hierro. **A aprendizagem entre a família e a escola.** São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2016.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA. Campinas: Psicologia Escolar e Educacional, v.9, n.2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572005000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012)> Acesso em: 08 ago. 2017

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas-SP: Mercado de Letras. Ação Educativa. 2001.

SOARES, Leôncio José Gomes. **AS POLÍTICAS DE EJA E AS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DOS JOVENS E ADULTOS**. p. 201-224. In. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas-SP: Mercado de Letras. Ação Educativa. 2001.

SOUSA, Ana Paula; FILHO, Mário José. **A importância a parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional**. Revista Iberoamericana de Educación. n.º 44/7 – 10 de enero de 2008. p. 1-8. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2172>

SOUZA, João Francisco de. **MATERIAL DIDÁTICO DO NUPEP PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. p. 137-149. In. BEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas-SP: Mercado de Letras. Ação Educativa. 2001.

STANO, Rita de Cássia M. Trindade. **Espaço escolar: um tempo de ser-na-velhice**. p. 155-168. In. KACHAR, Vitória (Org.). Longevidade: um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.  
<https://getiufpa18.wixsite.com/getiufpa>

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. Anais... s.l.: s.n. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/TodosA%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes; BRITO, Regina Helena de. [orgs]. **Educação para a Terceira Idade**. 2012

YOUNG, Michael. **PARA QUE SERVEM AS ESCOLAS?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set. /dez. 2007.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>

**APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA DESENVOLVIDA NO PROGRAMA  
GETI/ UFPA/ CASTANHAL: PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS**

ORIENTANDA: ESTEFANY GOMES MACHADO

ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> EULA REGINA LIMA NASCIMENTO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome:

Idade:

Sexo:

Estado civil:

Escolaridade:

Renda:

Como sua família é constituída?

Todos da sua família são alfabetizados?

1 Enquanto pessoa idosa como sua família lhe trata?

2 Qual foi a atitude de sua família em relação a sua decisão de iniciar/ou reiniciar seus estudos?

2.1 a senhora já tinha estudado antes?

3 O que é participar? O Que você entender por participação?

4 De que forma sua família participa da sua educação formal, aqui no Programa GETI?

5 Existe o incentivo familiar para que você participe regularmente das atividades escolares?

6 Quando você tem alguma atividade escolar, você recebe ajuda da família? Se sim, de que forma?

7 Existem situações familiares ou do dia-a-dia, conselhos, orientações de alguém que lhe impede de frequentar as atividades escolares? Por que?

8 Você considera importante a família participar da sua educação formal?

9 De que forma a sua família é convidada a participar na escola?

10 Sua família lhe permite fazer escolhas, tomar decisões em sua vida cotidiana, dia-a-dia? Inclusive o uso do seu dinheiro, da sua rotina.

**APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

**Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário de Castanhal  
Faculdade de Pedagogia**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Estou realizando uma pesquisa de campo para subsidiar meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal, que tem como Título: **EDUCAÇÃO DA PESSOA ADULTA/IDOSA DESENVOLVIDA NO PROGRAMA GETI/ UFPA/ CASTANHAL: PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E SEUS CONTRIBUTOS**

Este trabalho tem como objetivo investigar a participação da família na educação da pessoa idosa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Programa de Extensão Grupo de Educação na Terceira Idade (GETI).

Para tanto, gostaria de contar com sua colaboração, respondendo a esta entrevista. As informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantido o total sigilo, através da assinatura deste termo, o qual o (a) Sr. (a) receberá uma cópia. Esclareço que sua participação nessa pesquisa é totalmente voluntária, podendo dela retirar-se a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo a sua pessoa.

Eu \_\_\_\_\_ declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado sobre o objetivo da pesquisa acima citados, da qual fui convidado (a) a participar, aceito contribuir voluntariamente com essa pesquisa.

---

Assinatura do (a) Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_